

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM DIREITO**

Taquara/RS, março de 2015 (alterado em janeiro de 2019)

INTEGRANTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Nome	Titulação/Regime de Trabalho
José Alcides Renner	Doutor/Integral
Jones Mariel Kehl	Mestre/Parcial
Luis Carlos Trombetta	Doutor/Parcial
Miriam Helena Schaeffer	Doutora/Parcial
Tatiana Martins do Amaral	Mestre/Parcial

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.1 Nome completo do curso.....	4
1.2 Carga horária total	4
1.3 Prazo mínimo e máximo para integralização	4
1.4 Embasamento legal interno e externo.....	4
1.5 Número de vagas:	5
1.6 Atos de Regularização:.....	5
1.7 Turno de funcionamento:	5
1.8 Diplomação conferida ao final do curso:.....	5
2 JUSTIFICATIVA	6
2.1 Necessidades institucionais	6
2.2 Responsabilidade social (Necessidades regionais).....	6
2.3 Determinação legal	19
3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	20
4 OBJETIVOS DO CURSO.....	27
4.1 Objetivo Geral	27
4.2 Objetivos Específicos	27
5 PERFIL DO EGRESSO	28
5.1 Competências transversais e profissionais	28
6 PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO	32
6.1 Articulação com a Extensão, a Pesquisa e a Pós-Graduação	34
6.2 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais e acessibilidade.....	35
7 MATRIZ CURRICULAR	36
7.1 Blocos temáticos, componentes curriculares e carga horária	36
7.2 Carga horária	39
7.3 Periodização.....	39
7.4 Requisitos	40
7.5 Disciplinas optativas e disciplina de livre escolha	40
7.6 Atividades complementares.....	41
7.7 Modalidades de oferta	43
7.8 Flexibilização	43
7.9 Curricularização da Extensão	44

7.10 Estágio Curricular.....	44
7.11 Trabalho de Conclusão de Curso.....	46
7.12 Temas transversais e identificação dos componentes que contemplam os requisitos47	47
legais e normativos	47
8 INFRAESTRUTURA DO CURSO	48
9 AVALIAÇÃO DO CURSO	49
10 COMPONENTES CURRICULARES	52
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICES	178
APÊNDICE A - Quadro de competências.....	179
APÊNDICE B - Quadro demonstrativo da coerência entre as competências e a matriz curricular.....	180

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome completo do curso

- Direito

1.2 Carga horária total

- 3.700 horas

1.3 Prazo mínimo e máximo para integralização

- 5 e 10 anos, respectivamente

1.4 Embasamento legal interno e externo

- Embasamento legal interno:

Regimento Geral

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2007-2011 e PDI 2011-2015

Resolução CSAA nº 06/2009 - Libras

Resolução CSAA nº 11/2009 - TCC

Resolução CSAA nº 03/2010 – Regulamento do NDE

Resolução CSAA nº 02/2011 - Estágio

Resolução CSAA nº 04/2011 - Atividades Complementares

Resolução CSAA nº 05/2012 - Aprova o Regulamento do Núcleo de Práticas SocioJurídicas.

- Embasamento legal externo:

Lei nº 9.394/1996 (LDB)

Decreto nº 5.626/2005 (Libras)

Parecer CNE/CES nº 08/2007 (carga horária)

Resolução CNE/CES nº 02/2007 (carga horária)

Decreto nº 5.296/2004 (acessibilidade)

Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Lei 11.645/2008 (educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena)

Res. CONAES nº 01/2010 (NDE)

Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012 (educação ambiental)

Parecer CNE CP nº 08/2012 e Resolução CNE CP nº 1/2012 (educação em direitos humanos)

1.5 Número de vagas:

- 120 vagas anuais

1.6 Atos de Regularização:

- Interno: Res. CSAA nº 03/2012; externo: Portaria SERES 334

1.7 Turno de funcionamento:

- Noite

1.8 Diplomação conferida ao final do curso:

- Bacharel em ciências jurídicas e sociais

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Necessidades institucionais

As Faculdades Integradas de Taquara, em atendimento aos objetivos estratégicos institucionais (FACCAT, PDI 2016-2020), compromete-se com a implementação de cursos que atendam às necessidades da região. A criação do Curso de Direito, além de estar em conformidade com as exigências legais, vai ao encontro das mudanças sociais acontecidas nos últimos anos. Além disso, é resultado da percepção avaliativa da comunidade local, das lideranças políticas, empresariais e sociais da região de abrangência da FACCAT. Fiel à sua missão e à sua condição de instituição radicalmente comunitária, como demonstra o PDI da Faculdade, a FEEIN – Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste, através da sua mantida, sente-se chamada e capacitada a oferecer o curso de Direito nos moldes do Projeto Pedagógico do Curso de Direito proposto.

2.2 Responsabilidade social (Necessidades regionais)

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara abrange vários municípios da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, RS. A região especificamente destacada é a do chamado Vale do Paranhana e arredores, que é a região de procedência da grande maioria dos alunos dos demais cursos da instituição. Os municípios de Araricá, Cambará do Sul, Campo Bom, Canela, Gramado, Igrejinha, Jaquirana, Nova Hartz, Parobé, Riozinho, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Sapiranga, Taquara e Três Coroas compõem a abrangência inicial do Curso de Direito da FACCAT no sentido de se explorar as necessidades e de desenvolvimento regional desses municípios a partir das suas características sociais, econômicas e jurídicas.

A área geográfica delimitada, de 8.650,60 km², apresenta uma população residente de 497.739 habitantes, com uma média de densidade demográfica de 207,68 hab/ km², bastante superior à média do Estado de 38,1 hab/km². Os municípios de Sapiranga, Campo Bom, Taquara e Parobé são, na ordem mencionada, os mais populosos, e concentram 49,46% dessa população, sendo, no total, 246.196,00 habitantes (FEEIN, 2015).

Observa-se, por oportuno, que população do município sede e dos municípios vizinhos somam quase 500 mil habitantes, estando em uma região que conta com apenas um curso de

Direito – extensão de uma Universidade – em espaço geográfico que não oferece facilidade de locomoção (pública ou privada) com a região de abrangência a da FACCAT.

Há, ainda, espaços privilegiados para estágios e para absorção dos profissionais egressos dos cursos, conforme demonstrado nesta justificativa que trata dos serviços públicos e privados da região.

No quadro abaixo são apresentadas as principais características socioeconômicas da região:

Cidade de Abrangência	População Total (2013)	Área km² (2013)	Densidade Demográfica hab/km² (2013)	Taxa de analfabetismo pessoas com 15 anos ou mais – percentual (2013)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos de ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas em ensino médio (2013)
Araricá	5.152	35,3	146	4,93	16.932	9	269
Cambará do Sul	6.568	1.208,60	5,40	6,88	16.226	9	255
Campo Bom	61.317	60,5	1.013,30	3,18	25.369,00	60	2.605
Canela	40.520	253,8	159,7	4,21	13.348,00	41	1.561
Gramado	33.187	237,8	139,5	2,82	22.294,00	42	1.219
Igrejinha	32.778	135,9	241,3	3,48	28.505,00	33	1.254
Jaquirana	4.093	907,9	4,5	10,72	13.121,00	4	156
Nova Hartz	19.049	62,6	304,5	3,35	25.281,00	16	844
Parobé	52.875	108,6	486,7	4,56	13.814,00	38	1.716
Riozinho	4.351	239,6	18,2	8,39	16.326,00	10	177
Rolante	19.994	295,6	67,6	6,59	15.596,00	29	643
Santo Antônio da Patrulha	40.329	1.049,80	38,40	9,05	17.241,00	59	1.399
São Francisco de Paula	20.817	3.272,90	6,40	7,46	15.616,00	29	827

Cidade de Abrangência	População Total (2013)	Área km² (2013)	Densidade Demográfica hab/km² (2013)	Taxa de analfabetismo pessoas com 15 ou mais – percentual (2013)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas ensino médio (2013)
Sapiranga	76.610	138,3	553,9	3,91	19.535,00	53	3.264
Taquara	55.394	457,9	4,34	4,34	14.646,00	62	1.853
Três Coroas	24.705	185,5	133,2	3,97	21.665,00	24	693
TOTAL – Cidades de abrangência	497.739	8.650,60	207,68*¹	5,49%*	18.469,69*	518	18.735
Estado do Rio Grande do Sul	10.841.802	281.748,5	38,1	4,53	26.142	10.046	372.435
Rótulo	População Total (2013)	Área km² (2013)	Densidade Demográfica hab/km² (2013)	Taxa de analfabetismo pessoas com 15 ou mais (2013)	PIB per capita (2012)	Número de estabelecimentos ensino da Educação Básica (2013)	Número de matrículas ensino médio (2013)
Rio Grande do Sul	95,61%	97,02%	15,50%	45,21%	58,60%	95,10%	95,21%
Cidades de abrangência	4,39%	2,98%	84,50%	54,79%	41,40%	4,90%	4,79%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte:

* Média da dos valores considerando as 17 cidades de abrangência do curso de Direito.

1. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/?letra=R>
2. Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>
3. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: [Inep.gov.br](http://inep.gov.br)

Quadro 2 - Dados demográficos da região de abrangência da FACCAT (IBGE, 2012; FEE, 2012).

A população mencionada está politicamente organizada em 16 municípios, acima arrolados, administrada pelos executivos municipais, com seus prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, e representada pelas respectivas Câmaras de Vereadores, compostas por um total de 192 edis. Todos estes órgãos de gestão pública e representação popular, eles próprios, assim como todo o conjunto de órgãos e pessoal auxiliar, demandam conhecimento jurídico, além de serem, inclusive, espaços privilegiados de atuação de advogados ou bacharéis em Direito.

Além dos poderes executivo e legislativo locais, atuam na região de abrangência mencionada inúmeros organismos que prestam os mais variados serviços públicos, conforme pode visualizar-se abaixo:

a) Poder Judiciário Estadual

O território do Estado do Rio Grande do Sul, para efeitos da administração da Justiça, é dividido atualmente em 164 Comarcas, dessas, 11 atendem as cidades de abrangência da FACCAT, como segue:

Cidades de abrangência FACCAT	Outros municípios jurisdicionados	Município de da comarca	Composição
- Araricá - Nova Hartz - Sapiranga	-	Sapiranga	- 1º, 2º e 3º Varas Cíveis; - Vara Criminal; - Protocolo-Geral
- Cambará do Sul - São Francisco de Paula	-	São Francisco de Paula	- Vara Judicial
- Campo Bom	-	Campo Bom	- 1º e 2º Varas Cíveis; - Protocolo-Geral.
- Canela	-	Canela	- 1º e 2º Varas Judiciais; - Juizado Especial Cível.
- Gramado	-	Gramado	- 1º e 2º Vara Judiciais; Juizado Especial Cível.

- Igrejinha	-	Igrejinha	- Vara Judicial
Jaquirana	São José dos Ausé	Bom Jesus	- Vara Judicial
- Parobé	-	Parobé	- 1º e 2º Vara Judicial
- Riozinho - Rolante - Taquara	-	Taquara	- 1º, 2º e 3º Vara Judicial
- Santo Antônio da Patrul	Caraá	Santo Antônio Patrulha	- 1º e 2º Vara Judicial
- Três Coroas	-	Três Coras	- Vara Judicial

Fonte: Tribunal de Justiça:

http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/comarcas_e_municipios_jurisdicionados/

Quadro 3 – Poder Judiciário Estadual

Rótulos	Quantitativo	%
Juizado Especial Cível	2	8%
Protocolo-Geral	2	8%
Vara Cível	5	20%
Vara Criminal	1	4%
Vara Judicial	15	60%
Total Geral	25	100,00%

Fonte: Tribunal de Justiça:

http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/comarcas_e_municipios_jurisdicionados/

Quadro 4 – Quantitativo e Percentual - Poder Judiciário Estadual

b) Poder Judiciário Trabalhista

Município de sede	Outros municípios jurisdicionados	Composição
Gramado	Cambará do Sul, Ca Gramado, Nova Petrópolis, Francisco de Paula.	1º e 2º Varas do Trab
Sapiranga	Araricá, Campo Bom, Hartz, Sapiranga.	1º, 2º e 3º Varas c Trabalho
Taquara	Igrejinha, Parobé, Rioz Rolante, Taquara, Três Coro	1º, 2º, 3º e 4º Varas Trabalho

Fonte: Tribunal regional do Trabalho: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/institucional/varas>.

Quadro 5 - Poder Judiciário Trabalhista

c) Serventias Extrajudiciais

Cartórios e/ou Ofícios especializados extrajudiciais estão instalados em 13 municípios, como pode ser observado a seguir:

Município de sede	Número de unidade (Cartórios e Tabelionatos)
Cambará do Sul	1
Campo Bom	2
Canela	2
Gramado	2
Igrejinha	2
Jaquirana	1
Parobé	2
Rolante	2
Santo Antônio	4
São Francisco de Paula	4
Sapiranga	2
Taquara	3
Três Coroas	2
Total	29 Órgãos

Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Corregedoria: http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/

Quadro 6 - Serventias Extrajudiciais

A economia dessa região se alicerça fortemente na área da prestação de serviços, com órgãos públicos e instituições privadas, e no comércio, que atua em todos os setores, sem prejuízo da tradicional indústria coureiro-calçadista, além da metalurgia, eletrônica, química, malhas, móveis, alimentos, celulose e ferramentas e das remanescentes atividades primárias da agricultura e pecuária. O turismo, vocação muito expressiva da população e das organizações, está em permanente crescimento, com predominância nas cidades de Gramado e Canela, conhecidas mundialmente pelo adequado aproveitamento de seus recursos naturais e humanos.

Atualmente, segundo informações do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT, estão em atividades 63.210 empresas registradas, incluídas as

microempresas, nos municípios integrantes da área de abrangência da FACCAT. Destas 7.007 (11,09%) estão localizadas no município de Taquara, 9.209 (14,57%) no município de Sapiranga e 8.341 (13,20%) no município de Campo Bom.

A tabela a seguir apresenta o número de empresas e os respectivos percentuais dos municípios da área de abrangência da FACCAT, em ordem decrescente, demonstrando o potencial da região para a assunção de egressos do curso que a Faculdade propõe:

Cidades	Nº de Empresas (2014)	% Empresas
Sapiranga	9.209	14,57%
Campo Bom	8.341	13,20%
Taquara	7.007	11,09%
Gramado	6.551	10,36%
Canela	5.541	8,77%
Parobé	5.339	8,45%
Igrejinha	4.848	7,67%
Santo Antônio da Patrulha	4.503	7,12%
Três Coroas	3.356	5,31%
São Francisco de Paula	2.124	3,36%
Nova Hartz	1.729	2,74%
Rolante	1.696	2,68%
Cambará do Sul	1.069	1,69%
Morro Reuter	507	0,80%
Lindolfo Collor	422	0,67%
Santa Maria do Herval	395	0,62%
Riozinho	327	0,52%
Presidente Lucena	246	0,39%
Total Geral	63.210	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT: <https://www.ibpt.org.br/>

Quadro 7 – Número e percentual de empresas dos municípios da área de abrangência da FACCAT.

Dados dos Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT (2013):

Setor	Nº de Estabelecimentos	% de Estabelecimentos
Comércio	5.654	39,80%
Indústria	4.102	28,87%
Serviço	4.451	31,33%
Total Geral	14.207	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

Quadro 8 - Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT

Cidades	Nº de Indústrias	% de Indústria	Nº de Comércio	% de Comércio	Nº de Serviços	% Serviços
Cambara do Sul		0		0		2
Campo Bom		15		12		12
Canela		4		9		11
Gramado		7		14		22
Igrejinha		11		7		6
Lindolfo Collor		0		0		0
Morro Reuter		0		1		0
Nova Hartz		3		3		2
Presidente Lucena		0		0		0
Riozinho		1		0		0
Rolante		5		4		2
Santa Maria do Herval		0		0		0
Santo Antônio da Patrulha		6		8		6
São Francisco de Paula		1		3		3
Sapiranga		20		17		12
Taquara		8		11		10

Três Coroas		10		4		4
Total Geral	4.102	100,00%	5.654	100,00%	4.451	100,00%

Fonte: Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

Quadro 9 - Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviço da região de abrangência da FACCAT

Toda esta estrutura e organização social, política e econômica, da qual a FEEIN, Mantenedora da FACCAT, é parte e para cujo desenvolvimento ela foi constituída, em 31 de dezembro de 1969, há quase 50 anos, portanto, demanda profissionais jurídicos, tanto os operadores jurídicos estrito senso como uma gama enorme de profissionais auxiliares (oficiais, escreventes, assistentes de escritório, de departamentos de pessoal, etc), com necessidades de formação e atualização jurídicas permanentes. Para suprir esta demanda, a FACCAT oferece o curso de Direito, por ter sido solicitada frequentemente pelas lideranças políticas e empresariais locais. Atualmente funciona, em toda a região de abrangência da FACCAT, um único curso de Direito, oferecido por uma Instituição com sede muito distante da região, sob a forma de extensão de suas instalações.

Por outro lado, o significativo contingente de alunos que a cada ano conclui o ensino secundário interessados em cursar Direito, ou seriam obrigados a deslocar-se para cidades da grande Porto Alegre, submetendo-se aos riscos, aos custos e às demoras destes deslocamentos diários em estradas sempre mais congestionadas; ou realizariam outros cursos da própria FACCAT, diferentes do curso desejado; ou, ainda, simplesmente desistiriam de cursar ensino superior, em evidente desperdício de capacidades em país tão necessitado de formação superior. Cabe lembrar aqui que o curso de Direito não forma só profissionais para as profissões jurídicas estrito senso, mas é um dos cursos de educação superior mais indicados para a formação geral das pessoas, capacitando-as para o exercício das mais variadas atividades sociais e econômicas, além de torná-las melhores cidadãos e melhores seres humanos.

Esses dados e considerações servem para justificar a necessidade regional de preparar e formar profissionais da área jurídica para atender a demanda social da região abrangida pela FACCAT. Acredita-se que a comunidade local possa transformar a realidade dos municípios envolvidos a partir do Curso de Direito que vai preparar profissionais com experiências pautadas na realidade local, conhecendo as características e peculiaridades da população envolvida. Também se torna oportuno ressaltar que os serviços reconhecidos e cadastrados serão os campos de práticas das atividades desenvolvidas durante a formação do estudante nas disciplinas práticas e estágios.

De outra parte, a Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste – FEEIN, através de sua mantida, a FACCAT, fiel à sua missão e à sua condição de instituição radicalmente comunitária, sente-se chamada e capacitada a oferecer o curso de Direito nos moldes do presente Projeto Pedagógico, que, pelas características descritas ao longo de todo o

projeto e considerados os critérios legais e regulamentares em vigor, deve ser havido como um “projeto de curso diferenciado e de evidente alta qualificação” (IN OAB 01/2008, Art. 8º).

2.3 Determinação legal

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito atende às Diretrizes Curriculares Nacionais, instituídas através da Resolução CNE/CES n.º 09/2004, e dos Pareceres CNE/CES n.º 55/2004 e 211/2004, bem como está adequado às disposições e carga horária estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 02/2007 e Parecer CNE/CES nº 08/2007, assim como atende à legislação arrolada no item 1.3 do presente Projeto Pedagógico.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

Os pressupostos teóricos que nortearão o ensino do Direito nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito, e os princípios institucionais da FACCAT, elencados e descritos no seu PPI-Projeto Pedagógico Institucional (FACCAT, PPI, pp. 4-5):

Formação Integral: compromisso com o ser humano e seu processo formativo, promovendo a qualificação profissional com visão global integrada, o exercício dos valores morais, a postura cidadã e a ética.

Qualidade: aperfeiçoamento contínuo das práticas e dos processos institucionais, evidenciado nas atividades de ensino, de extensão, de pesquisa e de gestão.

Regionalização: compromisso com o desenvolvimento regional em alinhamento à vocação comunitária.

Democratização: viabilização do acesso ao ensino superior.

Sustentabilidade: condição norteadora das práticas e dos processos de gestão, de ensino, de extensão e de pesquisa, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Empreendedorismo: postura pró-ativa, crítica, autônoma, reflexiva e responsável, para inovar e para empreender na busca de soluções assertivas às demandas da sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito, lidas e examinadas em profundidade e em conjunto com os dispositivos normativos referentes à avaliação dos cursos de Direito (Portaria INEP 129/2009, por exemplo), bem como com a doutrina jurídica científica mais atualizada, remetem a duas questões centrais e que estão interligadas: 1) a superação da compreensão do Direito legada pelo positivismo jurídico, pela qual o Direito, além de confundir-se com a lei, é visto como algo dado, neutro, restrito e abstrato, descomprometido e alheio à realidade social, econômica, política e moral das comunidades; esta superação implica, igualmente, a superação de uma metodologia de ensino baseada na “transmissão do conhecimento”, e 2) a busca de uma formação jurídica que, além de sólida, seja ampla, humanística e axiológica, permitindo ao educando e futuro profissional uma aprendizagem autônoma e permanente.

Em efeito, ao contrário da concepção clássica do positivismo jurídico, atualmente requer-se uma compreensão do Direito, e juristas comprometidos com ela, como um instrumento a serviço da transformação da sociedade. Mas não de qualquer transformação, senão daquela que leve a estruturas e procedimentos que, além de *reconhecer* a dignidade da

pessoa humana, sejam capazes de *protegê-la* e *desenvolvê-la*. Pela nossa Constituição, a serviço da dignidade da pessoa humana está a própria República Federativa do Brasil (CF, Art. 1º, III) e, por consequência, todas as estruturas e instituições sociais, políticas e econômicas. Os outros valores fundantes da República, expressos nos demais incisos do Art. 1º da Constituição - a soberania (I), a cidadania (II), os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (IV) e o pluralismo político (V) -, bem como os expressos em outros espaços da topografia constitucional e infraconstitucional, são desdobramentos deste valor da dignidade da pessoa humana ou condições de possibilidade para que a vida digna possa existir e desenvolver-se. O valor-fonte, a ideia-força, de toda a sociedade, e do ordenamento jurídico como um todo, é a dignidade da pessoa humana. O Direito, portanto, ao contrário do que pretendia o positivismo, tem um compromisso!

A explicitação de valores a serem defendidos e implementados, principalmente do valor da dignidade da pessoa humana, como ideia-força, é uma conquista do chamado neoconstitucionalismo, estando presente na maior parte das Constituições promulgadas a partir do início do Século XX. Pode citar-se como exemplo, por sua influência no nosso entorno cultural e pelos acontecimentos que cercaram, ou antecederam, seu surgimento, a Lei Fundamental alemã de 1949. Diz a Constituição alemã: “a dignidade humana é inviolável. Repará-la e protegê-la é obrigação de todos os poderes estatais” (Art. 1º, I).

A dignidade da pessoa humana é uma ideia que está presente no pensamento filosófico, político e jurídico dos mais diversos tempos e culturas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, recolheu-a em seu Artigo 1º, nestes termos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade”. Este certamente é um dos temas em que mais se faz necessário o diálogo interdisciplinar, principalmente entre a Filosofia, a Política, a Economia e o Direito, embora cada uma destas ciências conserve sua autonomia e especificidades metodológicas. “O jurista quando utiliza argumentos filosóficos busca auxílio para solução de dilemas jurídicos” (GODOY, p. 10)

No nosso entorno cultural ocidental, os aportes mais significativos para o desenvolvimento desta ideia da dignidade da pessoa humana, provavelmente, são os do pensamento religioso cristão e das teorias jusnaturalistas racionalizadas e secularizadas. Para o cristianismo, todos os seres humanos são dignos, e dignos igualmente, porque foram criados à imagem e semelhança do Criador. Já Immanuel Kant, expoente sempre citado daquelas teorias jusnaturalistas, funda a dignidade humana na autonomia ética do ser humano: os humanos, dada a sua racionalidade, são capazes de autodeterminar-se a si mesmos. Com base

neste fundamento, Kant sustenta que o homem existe como fim em si mesmo, não podendo nunca ser meio para uso arbitrário da vontade de outrem (SARLET).

Mais recentemente, passou a destacar-se um outro aspecto da dignidade humana, sem negar aquele aspecto ontológico. A dignidade da pessoa humana, além deste aspecto ontológico (um ser), decorrente de sua criação divina ou de sua peculiar natureza racional, é um vir-a-ser: a pessoa humana não nasce digna (ou não só), mas torna-se digna. Introduzido este aspecto, particularmente significativo para o Direito, adquirem maior relevância o contexto social e histórico, as estruturas e os procedimentos, as inter-relações humanas. Não basta que o meio-ambiente social, econômico, político e jurídico reconheça a dignidade humana. É preciso que ele possa ser constantemente construído e reconstruído – e não algo (im)posto desde fora -, para possibilitar que a pessoa humana, em participando desta construção e reconstrução, se desenvolva dignamente, como senhor de seu destino e não como objeto de vontades externas a ele.

Em vista do que se acabou de dizer, assumem especial importância as chamadas teorias construtivistas, para as quais, no terreno da Ética e do Direito, a ordem normativa não é algo que nos vem imposto desde fora, a que devamos submeter-nos, e que nos seja revelado, como se fora alguma vontade divina, ou que possamos descobrir, como se fosse a ordem física. Esta ordem normativa, no entanto, tampouco é algo que possamos intuir livre e subjetivamente, ou que possamos convencionar arbitrariamente e relativisticamente, ou, ainda, que possamos mudar quando e como nos aprouver ou quando e como o indicarem nossos interesses. O teórico construtivista “constrói” sua teoria (modelo) ou seu constructo – ao qual submeterá a ordem normativa, os acordos e procedimentos existentes ou a serem estabelecidos - a partir de convicções amplamente generalizadas e compartilhadas na sociedade (CARRACEDO). Ele trata estas convicções ou “as intuições de justiça” como “traços estabelecidos de uma teoria geral a ser construída, como se um escultor se propusesse a esculpir o animal que melhor se ajusta à pilha de ossos que por acaso encontrou” (DWORKIN, p. 249).

Nesse sentido, parece ser especialmente profícua para o Direito a chamada Ética Discursiva, que “constrói” seu constructo, o da situação ideal de fala, a partir das cotidianas ações de comunicação humanas, que, na sua origem e essência, estão vocacionadas para produzir o entendimento entre as pessoas. Nestas ações comunicativas, os falantes, ainda que implicitamente, sob pena de contradição performativa, não excluem ninguém, se reconhecem como interlocutores válidos e pressupõem que o acordo sobre a correção (justiça) das normas é possível. O que a Ética Discursiva propugna, enfim, é que a correção (a legitimidade) das

normas e da ordem social é fruto de discussões reais em que participem e concordem (ou possam concordar) os atingidos por elas. O princípio kantiano da universalidade fica, assim, reformulado, desde uma perspectiva monológica para uma perspectiva dialógica, contemplando-se igualmente as consequências de sua aplicação. “Uma norma será válida quando todos os atingidos por ela possam aceitar livremente as consequências e efeitos secundários que se seguiriam, previsivelmente, de seu cumprimento geral para a satisfação dos interesses de cada um” (CORTINA, p. 89). Habermas, igualmente, tem destacado que, no caso da Ética Discursiva, ao exigir que sejam contempladas as consequências e os efeitos secundários que (previsivelmente) resultem do cumprimento geral de uma norma controvertida em determinados contextos e ao pressupor que os participantes no discurso atuem em primeira pessoa – cidadãos de carne e osso, que não são meros observadores -, estes participantes racionalmente não conseguem prescindir (completamente), ao fundamentarem normas, dos problemas de sua aplicação e suas consequências, não conseguindo objetivar o sentido moral das normas “como algo que simplesmente se encontra no mundo” (HABERMAS, pp. 43-44).

Para a Ética Discursiva, enfim, a correção (justiça) das normas, a superação dos males sociais atuais, a convivência humana digna – a construção de uma ordem social e jurídica respeitadora e desenvolvedora da dignidade humana – é obtida a partir de diálogos reais, levados a efeito por pessoas reais, em ações de efetiva e humana comunicação, orientadas pelas condições ideais de diálogo, que estão implícitas, mas necessariamente aceitas pelos participantes, nas ações de comunicação orientadas ao entendimento. Evita-se assim tanto a imposição de uma ordem desde fora quanto o puro decisionismo relativista.

Mas, além de permitir a construção daquela ordem social e jurídica respeitadora da dignidade humana, esta dignidade, além de respeitada, é também desenvolvida pelo ato de construir (e reconstruir) aquela ordem social e jurídica. Efetivamente, os valores normalmente associados ao conceito de dignidade humana - a liberdade, a autonomia, a igualdade, a solidariedade, a responsabilidade e o respeito - subjazem ao construto da situação ideal de fala. A liberdade e a autonomia, porque pressupõem que sejam os próprios cidadãos, não (só) os seus representantes, quem expressem e deliberem sobre suas necessidades e interesses, além de permitir-lhes criticar e refazer acordos e poderes estabelecidos. Quem atua assim, livre e autonomamente, também se faz responsável por suas ações. A igualdade, porque o autêntico diálogo exige que todos possam participar de modo igual, e que não sejam os mais poderosos ou os “especialistas” os que tomem as decisões, o que reclama e insta a que haja uma maior igualação material e cultural, a fim de fugir das meras aparências de diálogo. A

comunidade de diálogo, que busca cooperativamente a verdade e a correção (justiça), forma um corpo comum, uma solidariedade, que não pode prescindir de ninguém. O autêntico diálogo, mais do que o respeito mútuo, exige, por fim, uma autêntica interação humana (CORTINA, 1999, pp. 109-110).

Os procedimentos e a estrutura social democráticos, seu aperfeiçoamento e radicalização em direção às condições da situação ideal de diálogo, encontram assim sua justificação ético-político-jurídica. São pressupostos para o reconhecimento e o desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, esta secular construção filosófico-moral e à cuja implementação estão ordenados, por exigência constitucional, todos os poderes constituídos. Os juristas, e a sua ciência, o Direito, não podem ficar alheios a esta exigência constitucional.

Concomitantemente à superação da compreensão tradicional do Direito legada pelo positivismo jurídico, em favor da compreensão do Direito como um instrumento a serviço da dignidade da pessoa humana, na linha do que vem sendo exposto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito remetem igualmente à uma mudança da metodologia de ensino dominante nas faculdades de Direito. Os tradicionais métodos de ensino que privilegiam os espaços para a pura transmissão dos conhecimentos, baseados normalmente em aulas expositivas, além de não levarem a uma efetiva aprendizagem, atentam contra a dignidade do aluno como pessoa, pois o consideram objeto do processo. Na linha do que reclamam as teorias pedagógicas construtivistas, o aluno deve ser sujeito de sua formação, exercitando-se a busca autônoma dos saberes, a reflexão pessoal, a re-elaboração do saber, e privilegiando-se os espaços para propor, questionar e argumentar. Além disto, tão ou mais importante do que adquirir conhecimentos é saber o que fazer com eles, colocando-os a serviço da transformação social.

Propugnam ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Direito que os cursos de Direito assegurem “sólida formação geral, humanística e axiológica”, proporcionando aos alunos “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania” (CNE, Res. 9/2004, Art. 3º). Alguém já disse alhures que, “nada do que diz respeito ao homem, deve ser estranho ao jurista”. O jurista, antes e acima de ser um conhecedor (da forma) das leis vigentes, é (deve ser) um cientista social, um privilegiado partícipe do processo de tomada de decisões. Ele não

pode ser alguém que vê o ordenamento jurídico como um obstáculo às transformações sociais, mas alguém que, nos diferentes contextos sociais e históricos, sabe extrair deste ordenamento jurídico as soluções mais condizentes com a dignidade da pessoa humana (MARQUES NETO, 214-215).

O curso de Direito aqui proposto lança mão de uma estrutura curricular, de uma metodologia de ensino e de uma organização, regulamentação e funcionamento comprometidos com a compreensão do Direito, com a metodologia de ensino e com a formação propugnadas pelas diretrizes curriculares mencionadas.

Após passar pelo processo seletivo geral da Instituição, que, além de servir para o preenchimento das vagas, proporcionará um diagnóstico das deficiências principalmente em relação ao idioma e aos conhecimentos gerais, os candidatos realizarão um conjunto de disciplinas e atividades que os introduzirão no universo do ensino superior e nas especificidades do conhecimento jurídico, além de oportunizar-lhes suprir aquelas deficiências constatadas no processo seletivo e fornecer-lhes amplo instrumental necessário para os estudos posteriores. Como passo seguinte, o aluno tomará contato e dialogará com a teoria geral do Direito e com as teorias dos principais ramos, capacitando-o a, posteriormente, dedicar-se ao estudo das disciplinas de formação profissional, agrupadas por blocos temáticos, e às disciplinas e atividades de formação prática.

Esta estruturação não levará a uma segmentação entre teoria e prática, porque, por um lado, a abordagem das grandes teorias jurídicas será feita com permanente diálogo com a realidade das pessoas e das coletividades e com o exame dos impactos recíprocos. Especial exame merecerão as teorias no que diz respeito aos seus efeitos e compromissos com o Estado Democrático de Direito, como a estrutura social apta a reconhecer e desenvolver a dignidade da pessoa humana. Por outro lado, ao desenvolver as disciplinas e atividades atinentes aos blocos temáticos de formação profissional e as atividades de formação prática haverá um permanente resgate daquelas teorias fundamentadoras destas disciplinas e atividades. Além disto, a estrutura curricular prevê atividades práticas em diversos momentos da trajetória do aluno, além do Estágio Curricular.

A estrutura curricular por blocos temáticos, além de permitir ao aluno concentrar seus esforços sobre os temas específicos, possibilitará um exame abrangente das questões relacionadas a estes temas, através das disciplinas e atividades como palestras, visitas, estudos de casos. Permitirá também um diálogo interdisciplinar mais profícuo sobre os fenômenos de que se trate. Assim, nos estudos referentes ao bloco temático A Empresa e o Trabalho, será

possível o exame e o diálogo interdisciplinar sobre os fenômenos da empresa e do trabalho envolvendo o Direito, a Administração, a Economia, a Psicologia (institucional), etc.

Especial consideração merece a metodologia de ensino a ser adotada ao longo de todo o curso. Em todas as disciplinas, em maior ou menor intensidade em função do tipo e duração da disciplina, após uma breve exposição introdutória aos conceitos e métodos da disciplina, haverá oportunidade para a busca de conteúdos (na literatura, na jurisprudência, em casos reais, etc) por parte do aluno, o exame e a reflexão pessoal sobre eles e a discussão em pequenos grupos e no grande grupo, sob acompanhamento e avaliação do professor. Pretende-se assim exercitar, em linha com o que apregoam os atuais estudos pedagógico-jurídicos (PINHEIRO), além da busca pessoal de informações, a aprendizagem autônoma, o exercício do diálogo, a busca consensuada de soluções sem exclusão, o trabalho em equipe, etc.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

A FACCAT, com a implantação do curso de Direito, busca formar bacharéis em Direito generalistas, humanistas, criativos e crítico-reflexivos, capazes de problematizar a realidade, qualificados para o exercício das atividades jurídico-profissionais pertinentes, consideradas as demandas atuais da cidadania e do desenvolvimento econômico e científico, conscientes e comprometidos com as transformações da sociedade em direção a uma vida humana cada vez mais digna.

4.2 Objetivos Específicos

Estimular, aportando as referências teóricas e experiências práticas pertinentes, a reflexão e a atuação diante da diversidade e complexidade da pessoa humana e dos desafios postos à convivência humana digna para todos.

Recepcionar e desenvolver um novo paradigma de compreensão do Direito e do ensino jurídico, superando o preconceito ideológico da ordem jurídica como sinônima de manifestação da vontade estatal.

Estimular a construção de habilidades para a compreensão do indivíduo como ser social e histórico, bem como das implicações dos contextos de vida e das condições sóciopolítico-culturais e econômicas na construção e aplicação do Direito, tendo em vista a máxima de que não é o homem feito para o Direito, mas o Direito para o homem.

Oferecer espaços pedagógicos para que o estudante se perceba como sujeito de seu processo de formação, sempre orientado pelos grandes princípios constitucionais do Estado democrático de direito.

Estimular o aprendizado permanente e interdisciplinar para responder às necessidades do indivíduo e da coletividade.

Proporcionar atividades acadêmicas integradas à comunidade local e regional, associando ensino, pesquisa e extensão.

Fomentar a construção de habilidades para o trabalho em equipe multiprofissional, favorecendo espaços para o exercício da liderança e dos espaços de diálogo para a resolução dos problemas da convivência social.

5 PERFIL DO EGRESSO

5.1 Competências transversais e profissionais

O Curso de Graduação em Direito das Faculdades Integradas de Taquara, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES n.º 9/2004, e com as definições do Núcleo Docente Estruturante – NDE - visa a formação de um profissional generalista, “com sólida formação geral, humanista e axiológica”, com capacidade crítica, reflexiva, criativa e humanista, que atue pautado em princípios éticos e conhecimento científico, em busca de uma convivência digna para todos.

Esta descrição está em consonância com o perfil do egresso descrito no Projeto Pedagógico Institucional - PPI da Instituição, que preconiza um equilíbrio entre a formação técnica e humanística, enfocando o conhecimento na realidade socioeconômica, política e cultural da região, contextualizado numa percepção de mundo globalizado.

Para a Faccat, a concepção de competência se aplica ao contexto de formação geral, baseado na Missão e nos Princípios Institucionais, e ao contexto da formação profissional, baseado nas demandas da sociedade, nos diferenciais estratégicos, nas diretrizes curriculares e nas atribuições e atuações profissionais. Para atender a essas necessidades, a Faccat adota as competências transversais, que, por definição, não estão associadas a nenhum contexto particular, mas que contribuem para a configuração de um perfil profissional ampliado, apresentado na formação geral, e de competências profissionais que se referem à uma potencialidade com finalidade específica e contextualizada.

As competências transversais englobam um conjunto diversificado de recursos pessoais, princípios éticos e escolhas estéticas transversais às diferentes profissões e atividades profissionais. Podem não estar associadas a nenhum conteúdo (saber) em particular, nem a nenhuma tarefa precisa. Podem expressar-se por pensamento crítico, autonomia, criatividade, empreendedorismo, trabalho em equipe, organização, persistência, perseverança, flexibilidade, respeito à diversidade e responsabilidade social, entre outros

Tais competências envolvem crenças, valores, saberes práticos, posturas, princípios, afetos, escolhas, funções psicológicas complexas (criatividade, imaginação, gestão emocional, ...) características de cidadania e outras possibilidades de desenvolvimento subjetivo, comportamental e afetivo.

O Projeto Pedagógico Institucional define como competências transversais (institucionais) as seguintes:

CT 01 - Construir e articular o conhecimento:

Tal competência compreende, essencialmente, uma atuação interdisciplinar e extensionista dos profissionais formados pela instituição. Além disso, por meio da pesquisa, os alunos romperão com as dicotomias entre teoria e prática, a fim de articular conhecimentos científicos e tecnológicos, reforçando o compromisso com as realidades regional e global. Entende-se, ainda, que a competência de construir o conhecimento é estimulada por um comportamento flexível e cooperativo no processo de aprendizagem e formação continuada, além da busca pela eficiência e eficácia nas formas de se comunicar e de se expressar.

CT 02 - Exercer a cidadania:

Dentro da premissa da formação integral do ser humano, a competência do exercício da cidadania compreende, em primeiro lugar, uma atuação ética por parte dos alunos da Faccat, amparada pela promoção de práticas democráticas que respeitem os direitos humanos, compreendam a diversidade e reforcem os princípios da acessibilidade. Soma-se, também, o estímulo e valorização de atitudes socialmente responsáveis e sustentáveis.

CT 03 - Atuar de forma criativa e estratégica:

Nessa competência, entende-se a habilidade dos egressos em serem proativos e empreendedores nas realidades profissionais e sociais, a fim de assumirem iniciativas responsáveis no processo de tomada de decisão. Para isso, compreende-se que a visão sistêmica e a liderança são pressupostos essenciais para esse processo. Finalmente, o perfil empreendedor para novas práticas ou novos negócios e a inovação nas conexões entre áreas do conhecimento, na constância dos questionamentos e nos exercícios de observar e experimentar, completam a competência de atuar de forma criativa e estratégica.

O bacharel em Direito formado pela FACCAT será um verdadeiro cientista social que, além de ter o domínio dos saberes e informações técnico-jurídicos construídos e transmitidos de geração em geração ao longo dos tempos - embora, por vezes, descontextualizados em relação à atual situação social, política e econômica - estará apto a interagir numa sociedade organizada a partir de um sistema jurídico, sem nunca renunciar às práticas democráticas,

solidárias e humanistas, próprias de uma sociedade estruturada como um Estado Democrático de Direito, ambiente dentro do qual se protege e se desenvolve a dignidade da pessoa humana.

O aluno do Curso de Direito formado pela da Faccat deverá ter desenvolvido as seguintes habilidades e competências:

CD 01 - Ter o domínio dos conteúdos do ordenamento jurídico vigente e da dogmática construída a respeito, desde uma perspectiva crítico-reflexiva, de forma a estar em condições de dar adequada solução aos interesses que lhe forem submetidos;

CD 02 - Ter formação cultural geral suficiente para permitir-lhe a interação dos conhecimentos técnico-jurídicos com o conhecimento social interdisciplinar e a atuação em equipes multidisciplinares;

CD 03 - Dominar amplamente o idioma pátrio e, em grande medida, ao menos um idioma estrangeiro, capacitando-o para a compreensão, interpretação e produção de textos de forma adequada aos propósitos da comunicação e ao contexto de uso;

CD 04 - Ser capaz de expressar-se e argumentar, com o emprego de raciocínio lógico, da persuasão e da utilização adequada da terminologia jurídica;

CD 05 - Ser capaz de buscar autonomamente as informações e conhecimentos necessários para a sua atividade, preocupando-se com sua constante e permanente atualização, bem como de investigar cientificamente e produzir novos conhecimentos em matéria jurídica;

CD 06 - Compreender e interpretar as situações que se apresentam aos profissionais do direito e saber administrar os conflitos a partir dos pressupostos da ciência jurídica dentro do contexto social e da singularidade do caso concreto;

CD 07 - Aplicar o conhecimento adquirido de forma que os procedimentos e as soluções jurídicos respeitem e desenvolvam a dignidade da pessoa humana;

Considerando as competências acima delineadas para o perfil do egresso do Curso de Direito, este deverá, ao final do curso, ter desenvolvido posturas profissionais e pessoais tais como:

Perceber o Estado Democrático de Direito como referência e possibilidade de proteger e desenvolver a dignidade da pessoa humana, independentemente das vontades singulares das autoridades político-administrativas;

Reconhecer as descobertas científicas e tecnológicas como indicadores de demandas por novas investigações e conhecimentos jurídicos para o aprimoramento das sociedades democráticas;

Ser capaz de intervir na realidade regional, a partir da consideração e conhecimento de suas características geográficas, culturais, econômicas e políticas, dentro de um enfoque de universalidade;

Por fim, mas não por último, o egresso do Curso de Direito da FACCAT deverá desenvolver a percepção de que o fenômeno jurídico é algo que ultrapassa a ideia e as práticas ligadas à coação, buscando garantir as condições para uma vida humana digna, com distribuição de oportunidades e de resultados da convivência, com respeito ao outro, à privacidade, à intimidade e à cidadania, o que inclui privilegiar, sempre que possível, a autocomposição dos conflitos, bem como atenção aos mecanismos extrajudiciais de sua resolução.

6 PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO

A FACCAT, em seu Projeto Pedagógico Institucional (FACCAT, PPI, pp. 15-25), propugna por um caminho teórico-metodológico que envolve metodologias ativas, conhecimento em rede, flexibilização, teoria e prática, interdisciplinaridade, competências e avaliação formativa.

Pela adoção de **metodologias ativas** no processo ensino-aprendizagem, parte-se de uma concepção educativa que estimula a crítica e a reflexão no processo formativo, considerando os acadêmicos como o foco principal do processo. A construção de **conhecimento em rede** dá-se a partir das relações de troca de informações, experiências e interações, promovendo a aprendizagem colaborativa, por meio de atividades que potencializem a comunicação entre docentes, discentes e pesquisadores internos e externos à instituição. O princípio da **flexibilização**, a partir dos referenciais estabelecidos para as Diretrizes Curriculares Nacionais do Parecer CNE/CES 776/97, enseja às instituições de ensino uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos, permitindo ao aluno variedade de percursos curriculares, bem como a sua participação na escolha das atividades e experiências a comporem sua trajetória acadêmica. A proposta metodológica da Faccat advoga, ainda, o rompimento da dicotomia **teoria e prática**, pela proposição pelos cursos de ações e atividades direcionados ao mundo da vida e do trabalho, proporcionando aos discentes uma aprendizagem significativa. Pela proposta metodológica da Instituição, os diversos cursos da FACCAT devem igualmente abrir espaços à **interdisciplinaridade**, integrando conhecimentos ou metodologias de dois ou mais componentes curriculares para produzir uma compreensão mais ampla de um problema. O processo de ensino-aprendizagem, mais do que familiarizar o aluno com os conteúdos próprios de cada componente curricular, deve conduzir ao desenvolvimento de **competências** – tanto as definidas pela Instituição (as transversais) quanto as específicas de cada curso - capacitando o aluno a mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para a solução de problemas complexos. Por fim, a proposta metodológica da FACCAT sinaliza para a paulatina introdução da **avaliação formativa**, no sentido de ser utilizada como ferramenta para identificação dos diferentes níveis de aprendizagem e reorientar as ações docentes e discentes de maneira a possibilitar o resgate antecipado do processo de exclusão.

Conforme salientado no item referente à concepção de curso, também as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Direito, assim como a doutrina científica jurídica mais

atualizada, além de requererem uma compreensão do Direito como um instrumento a serviço da dignidade da pessoa humana, propugnam por propostas metodológicas que superem os métodos de ensino que partem do pressuposto de que conhecimento se transmite, de professor a aluno. Requerem, aquelas diretrizes curriculares, que a formação dos futuros operadores jurídicos, além de ser sólida, ampla, humanística e axiológica, permita ao educando uma aprendizagem autônoma e permanente.

A proposta metodológica do Curso de Direito da Faccat evitará os tradicionais métodos de ensino que privilegiam os espaços para a pura transmissão dos conhecimentos, baseados normalmente em aulas expositivas, que, além de não levarem a uma efetiva aprendizagem, atentam contra a dignidade do aluno como pessoa, pois o consideram objeto do processo.

Na linha do que reclamam as teorias pedagógicas construtivistas e a proposta metodológica da FACCAT, a proposta do curso parte da ideia de que o aluno deve ser o sujeito de sua formação, exercitando-se a busca autônoma dos saberes, a reflexão pessoal, a re-elaboração do saber, e privilegiando-se os espaços para a dúvida, para o questionamento, para a problematização, para a argumentação. Além disto, tão ou mais importante do que adquirir conhecimentos é saber o que fazer com eles, colocando-os a serviço da transformação social.

Em todas as disciplinas, em maior ou menor intensidade em função do tipo e duração da disciplina, após uma breve exposição introdutória aos conceitos, métodos e objetivos da disciplina, haverá, de um lado, oportunidade para a busca de conteúdos (na literatura, na jurisprudência, em casos reais, na vivência prática, etc) por parte do aluno, o exame e a reflexão pessoal sobre eles e a discussão em pequenos grupos e no grande grupo, sob acompanhamento e avaliação do professor. De outro lado, esta busca autônoma, a reflexão pessoal e a discussão depuradora em grupo deverão levar à apresentação, oral e/ou escrita, dos resultados obtidos. Pretende-se assim exercitar, em linha com o que apregoam os atuais estudos pedagógico-jurídicos (PINHEIRO), além da busca pessoal de informações, a aprendizagem autônoma, o exercício do diálogo, a busca consensuada de soluções sem exclusão, o trabalho em equipe, etc.

A estrutura curricular por blocos temáticos, por sua vez, além de permitir ao aluno concentrar seus esforços sobre os temas específicos, possibilitará um exame abrangente das questões relacionadas a estes temas, através das disciplinas e atividades como palestras, visitas, estudos de casos. Permitirá também um diálogo interdisciplinar mais profícuo sobre os fenômenos de que se trate. Assim, nos estudos referentes ao bloco temático A Empresa e o

Trabalho, será possível o exame e o diálogo interdisciplinar sobre os fenômenos da empresa e do trabalho envolvendo o Direito, a Administração, a Economia, a Psicologia (institucional), etc.

6.1 Articulação com a Extensão, a Pesquisa e a Pós-Graduação

O Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara orienta sua proposta pedagógica pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelas Diretrizes da Faccat. Da mesma forma acontece quanto à articulação do ensino com a pesquisa e a extensão.

Os Programas de Extensão das Faculdades Integradas de Taquara - Faccat - visam à complementação e ou à aquisição de conhecimentos em diversas áreas de conhecimento. Esses programas serão promovidos pela Vice-Direção de Extensão e Assuntos Comunitários em parceria com a Coordenação do Curso de Direito.

As atividades de extensão têm a finalidade de atender a demanda oriunda dos problemas da comunidade local e ou regional, vislumbradas pelo corpo discente, docente e ou profissionais da região em diferentes campos de atuação, a fim de unir o processo de ensino-aprendizagem à intervenção comunitária que objetiva a promoção de formas de convivência social orientadas pelos princípios incorporados pelo ordenamento jurídico pátrio, em especial os princípios e fundamentos constitucionais da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, do pluralismo político, da solidariedade e da erradicação da pobreza, tendo sempre presente o princípio orientador da dignidade da pessoa humana.

Entende-se que as atividades de extensão permitem a atuação do futuro operador jurídico junto à comunidade, contribuindo com o processo de formação para a construção de uma realidade social mais humana e cidadã. As ações pressupõem o compromisso dos estudantes com os sujeitos e processos envolvidos na trama social, fornecendo subsídios para seu crescimento pessoal e profissional.

As atividades e projetos de extensão e pesquisa (iniciação científica) serão realizadas mediante articulações entre a Vice-Direção de Pesquisa e Pós-Graduação, a Vice-Direção de Extensão e Assuntos Comunitários, o Curso de Direito e a comunidade regional. Com elas se pretende impulsionar o desenvolvimento de competências almejadas pelo Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando uma avaliação sistemática do contexto que fundamenta o planejamento de intervenções em vários níveis sociais. Sendo assim, a promoção da convivência social

humanamente mais digna é pautada na perspectiva inter e transdisciplinar, compreendendo a importância de integrar os diferentes elementos que compõem o cotidiano da comunidade.

A articulação com a pós-graduação e a pesquisa prevê um alinhamento com o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional oferecido pela FACCAT, que tem por objetivo promover interpretação crítico-histórica, avaliação de perspectivas e a formulação de políticas públicas com vistas a influenciar e infletir processos de transformação socioeconômica que se realizam em territórios e espaços determinados, com ênfase em regiões sub-nacionais. A perspectiva é interdisciplinar, com base na análise das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais que transcorrem em um determinado território. O Programa de Mestrado abarca duas linhas de pesquisa sendo: 1) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional; e 2) Organizações, Mercados e Desenvolvimento Econômico Regional. Da mesma forma, essa articulação se dará com a pós-graduação lato sensu, viabilizando a formação continuada e fomentando a produção científica na área do Direito.

6.2 Atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais e acessibilidade

O princípio da flexibilização, adotado pela FACCAT como um dos componentes do caminho teórico-metodológico, oportuniza o atendimento às demandas da educação inclusiva, em consonância com os Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior. O espectro da acessibilidade metodológica prevê processos de diversificação curricular e flexibilização do tempo, sendo que o Projeto Pedagógico de Curso atenderá as demandas, com o aporte do Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão.

7 MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Graduação em Direito da Faccat é semestral. A carga horária total corresponde a 3.700 horas. Os componentes curriculares (disciplinas, estágios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares) estão agrupados em blocos temáticos.

7.1 Blocos temáticos, componentes curriculares e carga horária

CURSO DE DIREITO – Bacharelado

Sequência	Período Semestral	Código	Disciplina	Carga horária	Créditos	Pré-Requisito	Co-Requisito	Notas
Introdução ao Ensino Superior e ao Curso de Direito								
1	1	8001	Metodologia Científica e do Curso	60	4	-		
2	1	8002	Leitura, Redação e Interpretação de Textos	60	4	-		
3	1	8003	História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos	60	4	-		
4	1	8004	Introdução ao Estudo do Direito	60	4	-		
5	1	8005	Filosofia	60	4	-		
Teorias e Fundamentos do Direito e do Estado I								
6	2	8101	Teoria Geral do Processo I	60	4	1º Semestre		
7	2	8102	Ciência Política e Teoria do Estado	60	4	1º Semestre		
8	2	8103	Teoria Geral do Constituição	60	4	1º semestre	8102	
9	2	8104	Teoria Geral do Direito Civil	60	4	1º Semestre		
10	2	8105	Teoria Geral do Direito Penal I	60	4	1º Semestre		
Teorias e Fundamentos do Direito e do Estado II								
11	3	8201	Direito Constitucional	60	4	2º semestre e 8103		
12	3	8202	Teoria Geral das Obrigações	60	4	2º semestre e 8104		
13	3	8203	Teoria Geral do Processo II	60	4	2º semestre e 8101		
14	3	8204	Teoria Geral do Direito Penal II	60	4	2º semestre e 8105		
15	3	8205	Teoria Geral do Direito do Trabalho	60	4	2º semestre		

Sequência	Período Semestral	Código	Disciplina	Carga horária	Créditos	Pré-Requisito	Co-Requisito	Notas
Relações Privadas e Controle Social I								
16	4	8301	Direito de Família	60	4	3º semestre e 8202		3
17	4	8302	Direito das Coisas	60	4	3º semestre e 8202		
18	4	8303	Direito Processual Civil I	60	4	3º semestre e 8203		
19	4	8402	Direito Processual Penal I	60	4	3º semestre		
20	4	8305	Teoria Geral dos Contratos e Responsabilidade Civil	60	4	3º semestre e 8202		
21	4	-	Exame de Proficiência em língua estrangeira	-	-	-		
Relações Privadas e Controle Social II								
22	5	8401	Direito Penal	60	4	4º semestre	8403	
23	5	8304	Direito Sucessório	60	4	4º semestre e 8301		
24	5	8403	Direito Processual Penal II	60	4	4º semestre e 8402		
25	5	8404	Prática de Processo Penal	60	4	4º semestre e 8402		
26	5	8405	Ações Constitucionais	60	4	4º semestre		
27	5	8406	Meio Ambiente e Crimes Ambientais	60	4	4º semestre		
A Sociedade e o Estado I								
28	6	8502	Direito Administrativo I	60	4	5º semestre	8505	
29	6	8503	Direito Tributário I	60	4	5º semestre		
30	6	8504	Direito do Consumidor	60	4	5º semestre		
31	6	8505	Direito Processual Civil II	60	4	5º semestre		
32	6	8605	Direito Processual Civil III	60	4	5º semestre		
A Sociedade e o Estado II								
33	7	8501	Democracia, Cidadania e Dignidade Humana	60	4	6º semestre		
34	7	8601	Direito Administrativo II	60	4	6º semestre e 8502		
35	7	8602	Direito Tributário II	60	4	6º semestre e 8503		
36	7	8603	Direito Internacional Público	60	4	6º semestre		

Sequência	Período Semestral	Código	Disciplina	Carga horária	Créditos	Pré-Requisito	Co-Requisito	Notas
37	7	8604	Direito Internacional Privado	60	4	6º semestre		
38	7	8506	Prática de Processo Civil	60	4	6º semestre e 8505		
A Empresa e o Trabalho I								
39	8	8901	Ética profissional	60	4	7º semestre		
40	8	8702	Direito do Trabalho	60	4	7º semestre		
41	8	8703	Contratos em Espécie	60	4	7º semestre		
42	8	8704	Tipos Societários	60	4	7º semestre		
43	8	8705	Títulos de Crédito	60	4	7º semestre		
A Empresa e o Trabalho II								
44	9	8801	Recuperação de Empresa e Falência	60	4	8º semestre e 8704		
45	9	8802	Direito Processual do Trabalho	60	4	8º semestre e 8702		
46	9	8904	Estágio I	90	6	8º semestre		
47	9	8804	Direito Coletivo e Difuso	60	4	8º semestre		
48	9	8805	Prática de Processo do Trabalho	60	4	8º semestre	8802	
49	9	8706	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	4	8º semestre		
Desafios Jurídicos Contemporâneos								
50	10	8701	Direito e Economia	60	4	9º semestre		11
51	10	8902	Inovação e Propriedade Intelectual	60	4	9º semestre		
52	10	8903	Bioética e Biodireito	60	4	9º semestre		
53	10	8806	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	6	9º semestre e 8706		
54	10	8905	Estágio II	90	6	9º semestre		
55	10	8803	Direito Previdenciário	60	4	9º semestre		
56	-	-	Horas de Componentes Optativos (ver nota)	180	-	-		1 e 2
57	-	-	Horas de Componentes Livres	60	-	-		1 e 2
58			Atividades Complementares	160				10
Total				3700				

GRUPO 2 - COMPONENTES OPTATIVOS

Sequência	Período semestral	Código	Nome	Carga horária	Créditos financeiros	Requisitos	Notas
59	-	8006	Informática para o Direito	60	4	-	4
60	-	8007	Língua Brasileira de Sinais-Libras	60	4	-	4
61	-	8206	Filosofia do Direito	60	4	-	5
62	-	8207	Sistemas Jurídicos	60	4	-	5
63	-	8306	Direito Imobiliário	60	4	-	6
64	-	8307	Técnicas de Mediação Familiar	60	4	-	6
65	-	8407	Psicologia Social	60	4	-	6
66	-	8408	Técnicas de Júri	60	4	-	6
67	-	8606	Estado e Globalização	60	4	-	7
68	-	8607	Direito Eleitoral	60	4	-	7
69	-	8608	Oficina de Elaboração de Projeto de TCC	60	4	-	7
70	-	8807	Psicologia Institucional	60	4	-	8
71	-	8808	Recursos Humanos e Cálculos Trabalhistas	60	4	-	8
72	-	8906	Direito Digital	60	4	-	9 e 12
73	-	8907	Mediação, Arbitragem e Negociações Internacionais	60	4	-	9

Notas:

1. O acadêmico deverá integralizar 180 horas dentre os componentes do grupo 2.
2. O acadêmico deverá integralizar 60 horas dentre os componentes dos cursos ofertados pela Faccat ou de cursos reconhecidos de outra Instituição de Ensino Superior, podendo também, para isso, optar pelos componentes curriculares elencados no Grupo 2.
3. O acadêmico deverá comprovar a proficiência em língua estrangeira (inglês ou espanhol) ou ter cursado disciplina equivalente em Instituição de Ensino Superior.
4. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 1º semestre.
5. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 3º semestre.
6. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 5º semestre.
7. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 7º semestre.
8. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 9º semestre.
9. Componente que poderá ser integralizado quando o acadêmico estiver cursando o bloco temático do 10º semestre.
10. Para maiores informações sobre as Atividades Complementares, o acadêmico deverá consultar o Portal da Faccat (www.faccat.br)
11. A disciplina de Direito e Economia é equivalente à disciplina de Economia, Empresa e Produção
12. A disciplina de Direito Digital é equivalente à disciplina de Direito da Comunicação e Internet.

7.2 Carga horária

A carga horária total prevista para o curso é de 3.700 horas

7.3 Periodização

As disciplinas serão oferecidas com periodicidade semestral.

7.4 Requisitos

O aluno desenvolverá os componentes curriculares obrigatórios previstos seguindo a sequência dos blocos. Iniciará matriculando-se nas disciplinas e atividades do primeiro bloco, em tantas quantas lhe permitirem as suas condições intelectuais e materiais e tendo em vista seu projeto de desenvolvimento curricular. Nas matrículas seguintes, poderá matricular-se em disciplinas e atividades do bloco seguinte mesmo que ainda não tenha concluído as do bloco anterior, desde que se matricule e curse todas as do(s) bloco(s) anterior(es) pendentes (pré-requisito genérico) e desde que observe os pré-requisitos e/ou co-requisitos previstos na matriz curricular (pré-requisito específico). A coordenação do curso oferecerá amplas orientações e aconselhamentos para um proveitoso caminho curricular, frente à situação pessoal de cada aluno.

7.5 Disciplinas optativas e disciplina de livre escolha

Como forma de expressão do princípio da flexibilização contemplado pelo caminho teórico-metodológico adotado pela FACCAT (ver item 6 acima), permitindo ao aluno participação na escolha das atividades e experiências a comporem sua trajetória acadêmica, a matriz curricular do curso de Direito prevê, entre outras formas de flexibilização, disciplinas optativas e de livre escolha.

O aluno deverá cursar, ao longo do curso, conforme a oferta institucional, 4 das diversas disciplinas optativas indicadas nos diversos blocos temáticos, totalizando 240 horas. Excepcionalmente, e desde que devidamente justificado pelo aluno, em virtude de seu plano de formação acadêmico-profissional, ele poderá aproveitar, para integralizar as quatro (04) disciplinas optativas, uma disciplina de sua livre escolha constante da oferta de outro curso da FACCAT, ou de outra IES, ou uma disciplina que ele tenha cursada em outro curso anterior ao seu ingresso no curso de Direito.

Para a matrícula nas disciplinas do 5º semestre, o aluno deve ter sido aprovado no exame de proficiência em Língua estrangeira (ou Inglês ou Espanhol). Caso seja reprovado no exame de proficiência, o aluno deverá cursar disciplina de Língua Estrangeira (ou Inglês ou

Espanhol). As horas correspondentes a esta disciplina serão acrescidas à carga horária total do curso.

7.6 Atividades complementares

As atividades complementares correspondem a uma estrutura opcional, a qual inclui atividades acadêmicas não contempladas pelo currículo, totalizando 160 horas. A formação complementar está de acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Direito e com a Resolução CSAA N° 05/2015, que regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação das Faculdades Integradas de Taquara.

De acordo com a Resolução supracitada, em seu parágrafo 1º e 2º:

Art. 1º São Atividades Complementares aquelas que contribuem para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e do perfil profissional pretendido em cada curso, devendo ser realizadas de acordo com as exigências estabelecidas na matriz curricular do curso e com os critérios estabelecidos em quadro anexo a essa Resolução.

Parágrafo único – As Atividades Complementares serão desenvolvidas dentro do período de realização dos cursos de graduação, a partir da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, respeitando as peculiaridades propostas nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos.

Art. 2º São objetivos das Atividades Complementares:

- I – complementar os conhecimentos propostos no projeto pedagógico do curso;
- II – reconhecer competências, habilidades e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar;
- III – estimular a prática de estudos independentes para atualização profissional;
- IV – ampliar os horizontes do conhecimento, bem como sua prática, além da sala de aula;
- V – favorecer o relacionamento e a convivência com as diferenças sociais;

- VI – articular a teoria e a prática;
- VII – articular a pesquisa básica e a pesquisa aplicada; e
- VIII - promover o relacionamento do acadêmico com as realidades social, econômica e cultural.

Desta forma, as Atividades Complementares correspondem a parte da estrutura opcional do currículo, ao lado das disciplinas optativas e da de livre escolha, e têm por objetivo propiciar um adicional à formação específica do estudante, tendo em vista que, para a concepção de um profissional da área do Direito, faz-se mister a atenção às transformações da sociedade e da produção do conhecimento. Assim, há necessidade de um dinamismo aberto à diversidade no desenvolvimento de competências e comprometimento com sua própria educação, tanto na vida acadêmica como em sua trajetória como profissional.

A organização curricular prevê o processo educativo voltado para a superação da fragmentação do saber e do fazer. Para tanto, o estudante deve optar por atividades de ensino, de pesquisa ou de extensão, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

A categoria Ensino compreende: disciplinas cursadas, presenciais ou à distância, em instituições credenciadas desde que tenham correlação com o perfil profissional do curso; monitoria; e estágio complementar realizado em instituições públicas ou privadas e obedecem às seguintes normas: Quanto às disciplinas: serão consideradas, para essa modalidade, disciplinas do próprio curso cursadas além do mínimo obrigatório exigido na estrutura curricular do mesmo e disciplinas de outros cursos a critério do Coordenador do Curso; poderão ser aproveitadas nas seguintes condições: se forem da área de conhecimento do curso ou de área afim; e se cumprirem os requisitos relativos à frequência e ao rendimento escolar. Cumprindo os requisitos, as disciplinas passarão a compor o histórico escolar do acadêmico como Atividade Complementar. Quanto às atividades de monitoria: compreendem a participação de atividades junto às disciplinas do curso ou de atividades desenvolvidas conforme a natureza do curso em que o acadêmico está matriculado; e devem ser realizadas de acordo com o regulamento da Monitoria. Quanto aos estágios complementares: necessitam da autorização prévia da coordenação do curso de graduação; devem estar relacionados ao perfil profissional previsto no Projeto Pedagógico do curso.

Quanto às atividades de pesquisa, trata-se da participação em projetos institucionais de pesquisa ou desenvolvidos em outras instituições; participação em programas de iniciação à pesquisa, publicação de artigos, resumos, ensaios, resenhas e outros textos de cunho científico, individual ou coletivo, em congressos, simpósios, encontros, jornais, revistas

especializadas e livros; a formação de grupos de estudos e grupos de interesse com produção intelectual ou projeto com implementação real sob a supervisão de docentes e ou estudantes dos cursos de pós-graduação da IES; programas de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e participação como palestrante em cursos, congressos ou seminários.

As atividades de extensão são subdivididas em Científico-Culturais e Comunitárias. No que se refere à Extensão Científico-Cultural, as atividades incluem encontros, jornadas, palestras, congressos, cursos de atualização, conferências, seminários, exposições, salas de leitura, fóruns, mesas-redondas, simpósios, oficinas, mostras de trabalhos acadêmicos, participação em grupos artísticos, dentre outros, e podem ocorrer nas formas de participação em eventos científico-culturais, apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais e participação como membro de grupos científico-culturais da comunidade. A Extensão Comunitária compreende atividades que envolvem a comunidade, tais como: participação em programas ou projetos de extensão institucionalizados abertos à comunidade, participação em programas ou projetos de extensão oferecidos pela comunidade, realização de trabalho voluntário em atividades filantrópicas da área do curso, representação em conselhos da comunidade, participação em espaços profissionais internos e ou externos, viagens de estudo (quando não integrantes de conteúdo disciplinar) e visitas técnicas, quando não integrantes de atividade acadêmica prevista no currículo do curso.

As atividades complementares poderão ser aproveitadas mediante a apresentação de certificado, relato da experiência do estudante, parecer do professor orientador ou supervisor e ou mediante a aprovação da Coordenação do Curso.

7.7 Modalidades de oferta

A modalidade de oferta dos componentes curriculares previstos na Matriz Curricular será, em regra, presencial. Em situações especiais, a Coordenação do Curso, mediante prévia análise e aprovação do NDE, e obedecidas as normas de regência, poderá ofertar componentes curriculares na modalidade de ensino à distância.

7.8 Flexibilização

A Matriz Curricular do Curso de Direito contempla diversos elementos de flexibilização, a saber:

a) disciplinas optativas: o curso oferece um elenco de disciplinas optativas, das quais o aluno deve cursar 4 (240 horas);

b) disciplina de livre escolha: em substituição a uma das 4 disciplinas optativas, o aluno poderá cursar uma disciplina de sua livre escolha, dentre qualquer das disciplinas ofertadas por outro curso da FACCAT, ou de outra IES, ou uma disciplina que ele tenha cursada em outro curso anterior ao seu ingresso no curso de Direito, demonstrando a pertinência dela com seu projeto acadêmico-profissional;

c) atividades complementares: a matriz curricular prevê 160 horas de atividades complementares, a serem integralizadas na forma prevista no item 7.6, acima;

d) mobilidade acadêmica nacional ou internacional: mediante convênios a serem realizados pela FACCAT com instituições estrangeiras, o aluno poderá realizar estudos nas instituições conveniadas e aproveitá-las posteriormente, em disciplinas cujos conteúdos não se concentrem no Direito Positivo, como História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos; Filosofia; Ciência Política e Teoria Geral do Estado; Democracia, Cidadania e Dignidade Humana; Direito Internacional Público; Bioética e Biodireito; Filosofia do Direito; Sistemas Jurídicos; Estado e Globalização; e a disciplina de livre escolha;

e) Programas e projetos de extensão universitária: o curso oferecerá diversos projetos permanentes de extensão, como forma de dar organicidade aos blocos temáticos, a exemplo do projeto de extensão sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha; Direito do Consumidor e outros.

7.9 Curricularização da Extensão

Em áreas de grande pertinência social, conforme mencionado no Item 7.8, letra **e**, acima, o Curso desenvolverá projetos permanentes de extensão, estimulando os alunos a envolverem-se em problemas sociais da comunidade.

7.10 Estágio Curricular

Conforme o disposto no Projeto Pedagógico Institucional, as Faculdades Integradas de Taquara assumem o compromisso de estimular a relação entre teoria e prática como um caminho refletido eticamente para ter uma ação integrada entre ensino, extensão e pesquisa.

Os Estágios Supervisionados, as práticas profissionais e as atividades complementares da FACCAT têm a finalidade de proporcionar a complementação da formação universitária. Estas atividades permitem que o estudante tenha acesso ao seu futuro campo profissional, num contato direto com a realidade, através de um determinado número de horas que ficará expresso no projeto pedagógico de cada curso.

A partir desta premissa, o Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara prevê uma formação pautada na realidade social e profissional referente ao Direito e, portanto, considera fundamental que a construção do conhecimento se faça por meio da inserção do estudante nas atividades deste profissional. O estágio obrigatório e as disciplinas e atividades práticas caracterizam-se por experiências de aprendizagem junto ao campo de atuação do Direito, como espaços jurídicos específicos, empresas, organizações comunitárias, etc.

O estágio e as disciplinas práticas são atividades acadêmicas obrigatórias que vão ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tendo isso em vista, as disciplinas práticas são ofertadas no decorrer do curso, através de atividades vivenciais junto aos espaços anteriormente mencionados, com o objetivo de proporcionar experiências que fomentem reflexões e olhares críticos.

Cabe destacar a preocupação que se tem com a integração dessas disciplinas práticas com as demais disciplinas do curso e, por isso, se aposta em um planejamento pedagógico que integre de forma efetiva todos os componentes curriculares do Curso de Direito.

Oportuno destacar que o Estágio Supervisionado encontra-se regulamentado nas Faculdades Integradas de Taquara (Resolução CSAA 02/2011) que atende a Lei do Estágio de 2008.

No curso de Direito, a FACCAT terá o Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas que além do estágio em situação real possibilitará atividades práticas e estágio não obrigatório, com supervisão docente, em espaço e mobiliário apropriado, inclusive, para atendimentos externos. O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas tem regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico e Administrativo, órgão colegiado máximo institucional, que estabelece as finalidades, princípios e organização das atividades de práticas jurídicas não obrigatórias e práticas jurídicas obrigatórias realizadas pelos acadêmicos do Curso de Direito.

7.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso do Direito seguirá as diretrizes internas, aprovado pela Resolução do Conselho Superior Acadêmico e Administrativo nº 11, de 21 de setembro de 2009, que determina as seguintes finalidades para o TCC:

- I - estimular a pesquisa científica;
- II - aprimorar a capacidade de crítica, de interpretação e de compreensão dos contextos enfocados;
- III - desenvolver a capacidade de expressão;
- IV - estimular a capacidade de sistematizar e de fundamentar argumentos;
- V - familiarizar o acadêmico com as metodologias, as técnicas e as normas próprias para a produção de trabalhos científicos;
- VI – proporcionar, ao acadêmico, experiências que possibilitem colocar em prática os conhecimentos aprendidos no decorrer do curso;
- e
- VII – difundir a ciência da área de atuação do curso.

O TCC será realizado de acordo com os objetivos previstos para esta atividade no PPC, contando sempre com a orientação de um docente do curso, com os devidos registros determinados institucionalmente.

O TCC, ao término, é apresentado perante Banca de Pré-Qualificação, com a finalidade de seu aperfeiçoamento. A Banca de Pré-Qualificação é composta por 02 professores, além do Orientador que a presidirá. A avaliação do Projeto pela Banca de Pré-Qualificação é comunicada formalmente, pelo Professor da Disciplina de TCC, ao acadêmico, que deve realizar as alterações determinadas pela Banca de Pré-Qualificação. Após a qualificação do projeto determinada pela Banca de Pré-Qualificação o acadêmico inicia o desenvolvimento do TCC, que é apresentado para avaliação, ao término, para Banca Examinadora.

A Banca Examinadora apresenta a mesma composição e nomes da Banca de Pré-Qualificação, sendo nomeada pela Coordenação de Curso. A Banca Examinadora tem a incumbência de avaliar o desempenho do acadêmico, mediante a leitura do TCC, previamente entregue pelo Professor da Disciplina, e a apresentação pública do acadêmico.

O Presidente da Banca Examinadora registra o conceito final em uma cópia do TCC, que deve ser assinado por todos os integrantes da Banca, e, posteriormente, entrega a cópia assinada ao Professor da Disciplina do TCC, que providencia o encaminhamento à Secretaria Geral para arquivamento.

Além disso, a Resolução prevê as atribuições da Coordenação Geral do TCC, da Coordenação de Curso, do Professor da Disciplina de TCC, do Orientador de TCC e do aluno, quanto ao TCC.

Ressalta-se que o Orientador é de livre escolha do acadêmico, observada a área de conhecimento do tema abordado, a formação mínima de pós-graduação *stricto sensu*, e demais determinações regimentais.

A avaliação do desempenho do acadêmico no Trabalho de Conclusão de Curso deve respeitar as finalidades previstas na resolução, bem como as competências previstas no projeto pedagógico do curso para o perfil do graduando.

7.12 Temas transversais e identificação dos componentes que contemplam os requisitos legais e normativos

A disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais-Libras contempla o requisito legal da obrigatoriedade da oferta da Libras, prevista no Decreto nº 5.626/2005; as disciplinas de Filosofia, de História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos e de Meio-Ambiente e Crimes Ambientais contemplam a educação das relações étnico-raciais e de ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (previstas na Lei nº 11.645/2008 e Parecer CNE/CP nº 1/2004), a educação ambiental (prevista no Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012) e a educação em direitos humanos (Parecer CNE CP nº 08/2012 e Resolução CNE CP nº 1/2012).

8 INFRAESTRUTURA DO CURSO

As disciplinas e atividades previstas na proposta curricular do curso de Direito serão desenvolvidas nos espaços – salas de aula, biblioteca, laboratórios gerais de informática, auditórios - já existentes na instituição.

O Curso de Direito compartilhará, igualmente, algumas disciplinas com outros cursos da Instituição, como, dentre as obrigatórias, as disciplinas de Filosofia e Leitura, Redação e Interpretação de Textos. Dentre as disciplinas optativas, serão compartilhadas Informática para o Direito, Língua Brasileira de Sinais – Libras, Psicologia Social e Psicologia Institucional.

Como infraestrutura física específica, haverá o Núcleo de Práticas SocioJurídicas, para o desenvolvimento das atividades referentes às disciplinas práticas de Prática de Processo Penal, de Prática de Processo Civil e de Prática do Processo do Trabalho e das atividades de Estágio I e Estágio II. A estrutura e o funcionamento do Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas têm regulamento próprio, em anexo.

O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas contará com os seguintes espaços e infraestrutura mínimos:

- uma sala para a coordenação, com um Professor Coordenador do Núcleo, com um computador e mobília adequada;
- uma sala para a secretaria, com um(a) funcionário(a), para o registro, arquivo e acompanhamento do expediente do Núcleo, com um computador, arquivos e mobília adequada;
- uma sala para recepção das pessoas/clientes e triagem dos casos a serem atendidos pelo Núcleo, com mobília adequada;
- seis salinhas/espacos reservados para atendimento individual pelo(a) estagiário(a) de pessoas selecionadas, com mobília adequada;
- uma sala (espaco maior) multiuso, para reuniões, pesquisa de doutrina e jurisprudência e elaboração de peças processuais, com 5 computadores e softwares próprios, uma impressora, bibliografia básica, mobília e leiaute apropriados.

O Núcleo de Práticas Socio-Jurídicas deverá estar instalado e em funcionamento a partir do 5º semestre de funcionamento do Curso.

9 AVALIAÇÃO DO CURSO

As Faculdades Integradas de Taquara, de acordo com as Diretrizes propostas pela CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituída pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, constituiu sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, a fim de coordenar e sistematizar o processo de avaliação institucional. A CPA assumiu como características fundamentais para a avaliação: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração e diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e diversidade institucionais, tendo como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

A avaliação do curso está inserida nesse contexto, sendo contemplada dentro do Projeto de Autoavaliação da IES, nos ciclos avaliativos estabelecidos pelo MEC/INEP/CONAES, com a aplicação de instrumentos de pesquisa, pela CPA em parceria com o Centro de Pesquisa Institucional da IES.

Define-se como objetivo do Projeto de Autoavaliação de Curso de Graduação: "Contribuir para o autoconhecimento de cada curso, de forma a subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores como ferramenta de gestão, a fim de gerar mudanças para a melhoria contínua do ensino de graduação - em todos os aspectos que integram esse processo".

A CPA, a partir de Sobrinho (2000), definiu como condições e características fundamentais para a avaliação na FACCAT:

- Globalidade: combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos, buscando articular as diversas partes ao todo;
- Integradora: utilizar os diversos elementos para a compreensão e interpretação das causas, consequências, contextos e processos envolvidos.
- Participativa e negociada: participação e negociação de todos os segmentos envolvidos nos processos alvo da avaliação;
- Operatória e estruturante: a avaliação é um processo orientado para a transformação e como tal constitui-se um mecanismo de construção contínua e permanente;

- Contextualizada: as análises devem sempre levar em conta os contextos nos quais os processos estão inseridos;
- Formativa: o processo deve visar o aprendizado institucional e não a punição;
- Permanente: como processo, deve ser contínuo e permanente, instaurado como cultura e não como algo estanque;
- Legítima: o processo deve ser legitimado pelas ações que o validarão na busca da melhoria contínua - sem essas ações o processo cai no descrédito e não é legitimado;
- Voluntária: não deve ser impositiva - uma vez que é um processo de construção da qualidade educativa, mas sim deve buscar a sensibilização dos envolvidos para o exercício de sua autonomia e do senso de corresponsabilidade;
- Adaptada às especificidades: o processo deve respeitar as especificidades de cada unidade, de cada curso em questão, considerando as diferentes realidades e perfis encontrados.

À luz das Diretrizes Institucionais a CPA, junto com a Direção Geral e gestores da Instituição, incluiu no Projeto de Autoavaliação de Curso de Graduação, que integra o Projeto de Autoavaliação Institucional, a análise e estudo dos seguintes elementos de avaliação interna e externa, para cada curso de graduação:

1) Avaliação Interna:

- Relatório de Pesquisa: alunos autoavaliam-se e avaliam o Curso (PPC, Docentes e Infraestrutura), anualmente;
- Relatório de Pesquisa: professores autoavaliam-se e avaliam o Curso (PPC, Coordenador e Infraestrutura), anualmente;
- Relatório de Pesquisa: coordenadores autoavaliam-se e avaliam o Curso (PPC, Docentes e Infraestrutura), anualmente.

2) Avaliação Externa:

- Relatório de Avaliação para fins de Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento, de acordo com o calendário regulatório;
- Relatório dos desempenhos do Curso nos ENADEs realizados (Conceitos ENADE e CPC), de acordo com o calendário do ENADE;

- Relatório de Pesquisa - Egressos avaliam o Curso em relação ao mercado de trabalho e suas perspectivas em relação à sua colocação e carreira profissional, a cada dois anos.

3) Análise de indicadores como:

- titulação dos docentes;
- atividades de extensão;
- produção científica;
- atividades de nivelamento; e
- atividades inter e multidisciplinares.

Os relatórios de avaliação subsidiam as discussões e o planejamento no âmbito do NDE e do Colegiado de Curso. Anualmente, o Coordenador do Curso de Graduação utiliza a ferramenta de Gestão disponibilizada no Sistema Administrativo de Gestão Acadêmica (SAGA), informando os pontos fortes e as fragilidades apontadas a partir do processo avaliativo, bem como o planejamento das ações de melhoria. De posse dessas informações, a Vice-Direção de Graduação pode acompanhar a gestão e as demandas orçamentárias para a implementação das melhorias planejadas.

Esse fluxo consolida o processo avaliativo como um processo participativo e legitima a avaliação como uma ferramenta de gestão integrada ao planejamento. Além disso, possibilita que a CPA acompanhe todo o fluxo do processo.

Outrossim, importa ressaltar que o Projeto Pedagógico do Curso está continuamente sendo acompanhado/avaliado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, que tem como incumbência, dentre outras, zelar pela qualidade e implementação do PPC, de forma a manter o curso adequado à Missão Institucional, à sua concepção, à inserção regional e ao perfil proposto.

10 COMPONENTES CURRICULARES

Identificação, Ementa, Objetivos de Aprendizagem, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar dos componentes curriculares.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO 1º SEMESTRE

BLOCO INICIAL: INTRODUÇÃO AO ENSINO SUPERIOR E AO CURSO DE DIREITO

Disciplina: Metodologia Científica e do Curso

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Desenvolver a capacidade crítica e analítica do aluno sobre os processos sistemáticos de aquisição do conhecimento científico, capacitando-o a conhecer o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento (religião, filosofia, senso comum) e compreender os métodos e técnicas científicas, desenvolvendo a habilidade de elaborar e formatar projetos de pesquisa científica e demais trabalhos jurídico-científicos.

Ementa

Análise da pesquisa como atividade acadêmica, capacitando o aluno a elaboração e execução de projetos de pesquisa e apresentação de trabalhos científicos por meio de planejamento e formulação da pesquisa científica, estudando desde a ciência e o conhecimento científico e suas inter-relações com outros tipos de conhecimento até a produção de projetos e textos jurídico-científicos.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CERQUEIRA, Nelson. (Coord.) **Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CALDAS, Camilo Onoda. **Manual de Metodologia do Direito: estudo e pesquisa**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

Bibliografia Complementar

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Leitura, Redação e Interpretação de Textos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Desenvolver habilidades de compreensão escrita e oral de gêneros diversos, a fim de instrumentalizar-se para as disciplinas específicas do curso.

Ementa

Análise e produção de gêneros diversos: resumo, resenha, artigos científicos e de opinião, notícia, notícia de divulgação científica, crônicas literárias e jornalísticas, entre outros. Atividades de adequação da escrita à norma culta. Expressão oral e escrita. Leitura extraclasse de obras literárias.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem

como, a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

HARTMANN, Shirley Horácio de Góis; SANTAROSA, Sebastião D. **Práticas de escrita para o letramento no ensino superior**. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Série Língua Portuguesa em Foco) 2013. [Biblioteca Virtual]

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo, 2013. [Biblioteca Virtual].

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. São Paulo: Manole, 2013. [Biblioteca Virtual].

GUIMARÃES, Telma. (Org.). **Língua Portuguesa I**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2014. [Biblioteca Virtual].

MACHADO, Anna Rachel. (Coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, Anna Rachel. (Coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Cláudia Souza. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012. [Biblioteca Virtual].

Disciplina: História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar ao aluno a análise antropológica, histórica, e reflexiva do pensamento jurídico, em especial na história da civilização ocidental, e seus reflexos na concepção das gerações dos Direitos Humanos que resultam as constituições dos Estados e seus direitos e garantias fundamentais incidentes sobre a elaboração e contextualização da legislação infraconstitucional nos diversos momentos históricos da humanidade.

Ementa

Estuda a história do pensamento da humanidade e seus reflexos no pensamento jurídico, com ênfase no estudo da civilização ocidental, que conceberam, e concebem as gerações dos Direitos Humanos e os consequentes direitos e garantias fundamentais contempladas nas diferentes constituições do mundo, com incidências na formatação da legislação infraconstitucional - em especial, as populações historicamente marginalizadas como a afrodescendente e indígena, que se refletem na positivação de garantias.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O

processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

FACCHI, Alessandra. **Breve História dos Direitos Humanos**. São Paulo: Loyola, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Romano: o Direito Romano e o Direito Civil Brasileiro no Novo Código Civil**. 28 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIORGI, Raffaele de. **Direito, Tempo e Memória**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

PIOVESAN, Flavia. **Temas de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a compreensão do fenômeno jurídico como uma espécie dentre os fenômenos ético-sociais. Analisar criticamente o Direito como ciência social. Examinar o Direito como uma ciência em constante transformação, de forma que o operador jurídico deve ter a aptidão para interagir em uma sociedade caracterizada pela rapidez de diversidade.

Ementa

Estudo sobre noções antropológicas e situação do Direito no mundo da cultura e das normas éticas. Estudo da norma jurídica (de organização e de conduta) e seus atributos de vigência, validade e eficácia. Teoria das fontes do Direito. Conceito e gênese de Lei. Da norma ao ordenamento jurídico.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 35 ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013.

Bibliografia complementar

BARZOTTO, Luis Fernando. **Positivismo Jurídico Contemporâneo**: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica. Norma jurídica e aplicação do direito. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**: versão condensada pelo autor. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 48 ed. São Paulo: Forense, 2015.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Filosofia

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o conhecimento da filosofia, sua relação com as demais áreas do conhecimento humano e a busca de saberes sobre o ser humano numa perspectiva humanizadora, construindo diversas compreensões a respeito da qualidade do seu jeito de ser, de pensar e de agir em sua dinâmica de vida pessoal e profissional dentro de uma perspectiva histórica e ética.

Ementa

A história da Filosofia. Estudo do ser e da existência. Conhecimento filosófico. Filosofia e ciência. A contribuição da Filosofia para as diferentes áreas do conhecimento.

Ética: conceito e definições. A complexidade do humano: Unidade e diversidade; identidades culturais. O desafio da sustentabilidade ecológica, social e espiritual. A responsabilidade social. Direitos humanos: uma agenda permanente.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017. [Biblioteca Virtual].

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

BARROS FILHO, Clóvis de; MEUCCI, Arthur. **A vida que vale a pena ser vivida**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. [Biblioteca Virtual].

Bibliografia Complementar

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia das letras, 2012.

MARÇAL, José Antoni; AMORIM, Silvia. **Educação escolar das relações étnico-sociais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2015 [Biblioteca Virtual].

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

Ementas das disciplinas do 2º semestre

BLOCO TEMÁTICO: TEORIAS E FUNDAMENTOS DO DIREITO I - 2º semestre:

Disciplina Teoria Geral do Processo I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar o estudo crítico da estrutura do direito processual a partir de diferentes matrizes. Apresentar o direito processual e o processo na sua formação e as várias escolas processuais para auxiliar no desenvolvimento de um posicionamento crítico e contemporâneo para que possa ser compreendido o fenômeno processual.

Ementa

Estuda os institutos fundamentais do direito processual civil, como a jurisdição, o processo e ação, bem como os elementos conceituais do direito processual civil que se relacionam diretamente com os referidos institutos, como as regras de competência e de organização judiciária, os pressupostos processuais e as relações entre direito material e processo, a pretensão processual e o objeto do processo, tendo como pano de fundo a principiologia constitucional do processo e as relações entre sociedade e direito na perspectiva do Estado Democrático de Direito.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará da exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. único.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral e Processo de Conhecimento**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v.1.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

Bibliografia Complementar

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral**. 19 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2017. v. 1.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 4 ed., rev. atual. São Paulo: Atlas, 2018.

FILHO MONTENEGRO, Misael. **Direito Processual Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. único.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 9 ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. único.

Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a compreensão do Estado e seus elementos, a Organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Facilitar a compreensão do Processo criativo das leis e as espécies de normas jurídicas. Levar o aluno a compreender que a Constituição é um instrumento operacional indispensável para todos os operadores do Direito. Oportunizar a compreensão da Teoria Geral do Estado e a ciência política, estudando os aspectos inerentes à soberania, às espécies de democracia, às formas de Estado, aos sistemas de governo e à noção de federação e de entes federados. Capacitar, ainda, o aluno a entender a aplicabilidade da norma constitucional nos diferentes entes federados.

Ementa

Estuda a Teoria Geral do Estado por meio da Constituição Federal, refletindo sobre os elementos que integram e formatam o Estado e suas consequências jurídicas que incidem sobre o estudo da soberania, das diversas espécies de democracia, das formas de Estado, dos sistemas de governo e da concepção de federação e entes federados, estudando aplicabilidade das normas constitucionais nas atividades da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, Territórios e repartições das competências da federação brasileira.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2012

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion Soares; FRATESCHI, Yara. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado e ciência política. São Paulo: Saraiva, 2012.

DANTAS, Ivo. **Novo Direito Constitucional Comparado**: introdução, teoria e metodologia. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Disciplina: Teoria Geral da Constituição

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar o exame crítico do Direito Constitucional por meio de uma abordagem dialética do texto constitucional que permita o diálogo entre a realidade prática social e jurídica. Estudar o conceito de constituição, constitucionalismo, poder constituinte, constitucionalismo brasileiro. Hermenêutica constitucional. Aplicabilidade das normas constitucionais. Teoria dos direitos fundamentais e sua positivação.

Ementa

Estudo crítico do Direito Constitucional, examinando os conceitos de constituição, constitucionalismo e poder constituinte. Compreensão da hermenêutica do constitucionalismo brasileiro e a aplicação das normas constitucionais. Estudo dos direitos fundamentais e sua positivação desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem até os Direitos Individuais previstos na Constituição Federal de 1988.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Bibliografia Complementar

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.
DANTAS, Ivo. **Novo Direito Constitucional Comparado**: introdução, teoria e metodologia. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2010.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar o estudo do Direito Civil sob a égide da Constituição Federal, considerando concepções principiológicas, contextualizadas e integradoras do fenômeno jurídico como um todo. Compreender o estudo da Parte Geral do Direito Civil como elemento necessário para o entendimento da parte especial do Código Civil Brasileiro e para o entendimento do Direito no seu entendimento mais amplo.

Ementa

Estuda a concepção principiológica do Código Civil Brasileiro por meio da perspectiva constitucional. Análise da Teoria Geral do Direito Civil e o fenômeno da juridicização. Exame dos elementos da relação jurídica: sujeito de direitos (pessoa natural e pessoa jurídica) e bens. Apresentação da Teoria do Fato Jurídico Lato Sensu: fato jurídico lícito e ilícito.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Parte Geral.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Parte Geral.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil**: parte geral e LINDB. 11 ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2013;

Bibliografia Complementar:

GOMES, José Jairo. **Direito Civil**: Introdução e parte geral. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 7 ed. São Paulo: Método, 2017

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico**: plano da existência. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 1: Parte Geral.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Penal I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a compreensão das funções e finalidades do Direito Penal, examinando os mecanismos formais de controle social sob a perspectiva do Direito Constitucional. Estudar a teoria do fato típico e a lei penal no tempo e no espaço como o conflito aparente de normas, bem como a parte geral do Código Penal.

Ementa

Estuda as funções e finalidades do Direito Penal por meio do pensamento criminológico e as perspectivas sociológicas. Sob a ótica constitucional, analisa o controle

social e suas instâncias formais e informais, assim como as tendências contemporâneas de políticas criminais e a teoria da norma jurídica penal como resultante da pena e da atuação do Estado.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 13 ed. rev.atual. São Paulo: Editora Thomson Reuters, 2019.

Bibliografia complementar

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Revista do Tribunais, 2007.

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º a 120.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

Ementas das disciplinas do 3º semestre

BLOCO TEMÁTICO: TEORIAS E FUNDAMENTOS DO DIREITO II - 3º semestre

Disciplina: Teoria Geral das Obrigações

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos:

Auxiliar na capacitação do aluno a compreender a importância prática do Direito das Obrigações, seja no que é pertinente as suas diversas fontes, tais como contratos e responsabilidade civil, bem como no seu desenvolvimento e efeitos jurídicos em relação aos demais ramos do Direito. Proporcionar ao aluno que identifique o conteúdo ético da relação obrigacional, sua função social e a necessidade de equidade nas relações entabuladas.

Ementa:

Estuda a introdução ao Direito das obrigações como resultante da Teoria do Negócio Jurídico e da responsabilidade civil. Examina a noção, estrutura e função das obrigações aplicável nos demais ramos do Direito Civil, suas fontes e espécies, assim como as formas diretas e indiretas de pagamento. Analisa breves noções sobre a responsabilidade civil.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil: Obrigações**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
 TEPEDINO, Gustavo (Coord.). **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.2: Teoria Geral das Obrigações.
 GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito Civil: das Obrigações**. São Paulo: Atlas, 2008.
 CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
 VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v.2: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos.

Disciplina: Teoria Geral do Processo II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a compreensão do direito processual e o processo na sua formação e constituição, tendo em vista a produção da decisão judicial contribuindo para a capacitação da compreensão de importantes questões e conceitos de Direito processual civil de forma crítica e autônoma. Desenvolver a capacidade do aluno de analisar o conflito e identificar seus elementos.

Ementa

Estuda o conceito de parte e a pluralidade de partes como o litisconsórcio e a intervenção de terceiros. Analisa os atos processuais, compreendendo o estudo dos tipos de atos processuais, as formas de comunicações dos atos processuais, o tempo e o prazo para a prática dos atos processuais. Abrange o estudo das nulidades processuais, dos modos de extinção do processo, do conceito de sentença, dos tipos de sentença, da coisa julgada formal e da coisa julgada material.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-

pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 4 ed., rev. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2018.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. único

Bibliografia complementar

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral. 19 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2017. v. 1.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: Teoria Geral e Processo de Conhecimento. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 12 ed., rev. ampl. atual. Salvador: JusPODIVM, 2017. v. 2.

FILHO MONTENEGRO, Misael. **Direito Processual Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. 2.

Disciplina: Direito Constitucional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar o estudo dos procedimentos previstos na Constituição para a defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como a tutela dos direitos sociais e políticos como instrumentos de cidadania. Examinar o controle de constitucionalidade, a inconstitucionalidade formal e material, a inconstitucionalidade por ação e por omissão, o controle preventivo (político) e repressivo (judicial) e o controle difuso e concentrado. Analisar elementos básicos da ordem financeira e tributária

Ementa

Estuda as garantias constitucionais dos direitos individuais e coletivos, os direitos sociais e políticos. Analisa o controle de constitucionalidade por meio dos pressupostos de constitucionalidade das normas, as espécies de controle de constitucionalidade exercidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sejam na ótica preventiva como na repressiva, difuso ou aberto e concentrado ou via ADIN. Examina elementos da ordem financeira e tributária.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.
BARROSO, Luiz Roberto. **Curso De Direito Constitucional Contemporâneo**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Safe, 1991.
LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Disciplina: Teoria Geral do Direito Penal II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Promover o conhecimento dogmático do aluno para a compreensão da teoria geral do delito (ação e omissão, tipicidade, ilicitude e culpabilidade), tentativa e consumação como conteúdo a ser aplicado nas áreas jurídicas afins, estudando o concurso de pessoas, a teoria da pena e a da punibilidade como conteúdos inerentes à parte geral do Código Penal.

Ementa

Estuda a teoria geral do delito e a prática do tipo penal na forma tentada e consumada com consequências jurídicas às penas privativas da liberdade, penas restritivas de direitos e penas de multa, assim como a aplicação da pena e suas causas agravantes e atenuantes, causas majorantes e minorantes, o concurso de crimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, os efeitos da condenação e sua reabilitação, as medidas de segurança, a extinção da punibilidade e a prescrição.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1: Parte Geral.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º ao 120 do CP

Bibliografia complementar

COELHO, Walter. **Teoria Geral do Crime**. 2 ed. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1998

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 12. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013. v. 1: Parte Geral - Arts. 1º a 120.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro I**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Teoria Geral do Direito do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar ao aluno o domínio dos aspectos fundamentais do Direito do Trabalho, suas fontes materiais e formais, funções e natureza do ramo do Direito que dialoga com os demais ramos do Direito, sempre sob a perspectiva das garantias constitucionais. Capacitar o aluno a compreensão das características atuais da relação de emprego no contexto do direito contemporâneo, analisando as figuras do empregado e do empregador, as características do contrato de trabalho e suas questões incidentais, o regime do FGTS, o salário e a

remuneração, a duração do trabalho, os elementos distintivos existentes entre relação de emprego e outras espécies de relações de trabalho.

Ementa

Estuda os elementos basilares do Direito do Trabalho com sede na Constituição Federal, estudando a autonomia do Direito do Trabalho, os princípios que o concebe, as fontes, o campo de atuação, as características da relação de emprego, o contrato individual de trabalho e seus elementos, bem como a posição dos sujeitos, especialmente num tempo de flexibilização das regras trabalhistas.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 17 ed. São Paulo: LTr, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 41 ed. São Paulo: LTr, 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018.

Bibliografia complementar

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 15 ed. São Paulo: Método, 2018

FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. **Curso de Direito do Trabalho**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2018.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**, 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Ementas das disciplinas do 4º semestre

BLOCO TEMÁTICO: RELAÇÕES PRIVADAS E CONTROLE SOCIAL I - 4º semestre:

Disciplina: Direito de Família

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar a capacitação do aluno à compreensão das características especiais do Direito matrimonial e assistencial além de seus aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais nas relações conjugais e familiares. Estudar os princípios e garantias constitucionais da família, comparando a sociedade de fato com a sociedade conjugal e suas consequências jurídicas nas esferas pessoais e patrimoniais, bem como em termos de dissolução das entidades familiares. Por fim, estudar a proteção da Criança e do Adolescente por meio do estudo do Estatuto da Criança e Adolescente e Código Civil Brasileiro.

Ementa

Examina as formas de constituição de família sob a perspectiva dos princípios e garantias constitucionais, analisando os efeitos jurídicos do casamento e da união estável por meio do estudo das relações de parentesco e vínculos familiares, do casamento e suas implicações jurídicas, da dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal, da união estável, da filiação e da paternidade socioafetiva, dos alimentos, das ações judiciais cabíveis.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 6: Direito de Família.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 5 ed. Salvador: Juspodium, 2013. v. 6: Famílias.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 6: Direito de Família.

Bibliografia complementar

CAHALI, Yussef Said. **Separações Conjugais e Divórcio**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**, 6ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2013. v. 5: Direito de Família.

Disciplina: Direito das Coisas

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar a compreensão do surgimento, fundamentos e conceitos básicos dos Direitos reais, comparando-os com os Direitos pessoais. Analisar as espécies, qualificações e tutela da posse e da propriedade sob a ótica do princípio da função social. Examinar os conceitos básicos dos Direitos de vizinhança, Direito condominial, parcelamento do solo, da propriedade resolúvel e fiduciária, dos direitos reais sobre a coisa alheia e dos direitos de garantia.

Ementa

Examina os elementos caracterizadores dos Direitos reais, distinguindo-os dos Direitos pessoais. Sob a perspectiva do princípio da função social, inicialmente estuda os elementos da posse em suas espécies, efeitos e proteção jurídica por meio dos interditos possessórios para após conhecer o instituto do direito de propriedade. Com base nos conhecimentos da posse e da propriedade, estuda os conceitos dos Direitos da vizinhança, Direito condominial,

diferenças entre propriedade resolúvel e fiduciária, Direitos de uso, usufruto, habitação e superfície e os Direitos de garantia da hipoteca, penhor e anticrese.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 4: Direito das Coisas.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v. 4: Direitos Reais.

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 5: Direito das Coisas.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil**. 9 ed. Salvador: Juspodivm 2013. v. 5: Reais.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TEPEDINO, Gustavo; AZEVEDO, Antônio Junqueira de. (Coord.). **Comentários ao Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 14: Direito das Coisas.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 5: Direitos Reais.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a compreensão de importantes questões e conceitos de Direito processual civil de forma crítica e autônoma. Aguçar a compreensão de idéias jurídicas gerais, relações e conceitos afins, desenvolvendo a capacidade do aluno de interpretar o fenômeno jurídico e relacioná-lo com o seu cotidiano profissional em especial nos litígios judiciais. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade do aluno de analisar o litígio e encontrar a competente ação judicial.

Ementa

Estuda o Processo de conhecimento, as fases e atos que compõem o procedimento comum, a petição inicial e seus requisitos, a tutela provisória e os pedidos de tutela de urgência e de evidência, a emenda e indeferimento, as defesas do réu e reconvenção e audiência inaugural e de instrução. Estuda a Teoria Geral da prova, ônus da prova, provas atípicas, prova ilícita e as provas em espécie.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia conterá a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado

teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**: tutela dos direitos mediante procedimento Comum. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao direito processual civil. 19 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2017. v. 1: parte geral.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. Único.

Bibliografia Complementar

JOBIM, Marco Félix, RIBEIRO, Darci Guimarães. **Desvendando o novo CPC**. 2 ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 9 ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. único

ASSIS, Araken. **Processo civil brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2. Tomo I.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 12 ed., rev. ampl. atual. Salvador: JusPodivm, 2017. v.2.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 4 ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Direito Processual Penal I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a dominar os conceitos, princípios, fontes e elementos caracterizadores do Direito Processual Penal em consonância com o Direito material e a Constituição Federal, estudando o sistema inquisitivo e acusatório, a ação penal pública condicionada e incondicionada, a ação penal privada e subsidiária da pública, a jurisdição e competência.

Ementa

Exame dos conceitos, princípios, fontes, aplicação e elementos próprios do Direito Processual Penal e seus diálogos com o Direito material, as ciências criminais e a Constituição Federal, estudando o inquérito policial, as diferenças entre os sistemas inquisitivo, acusatório e misto, entre a ação penal pública condicionada e incondicionada e entre a ação penal privada e subsidiária da pública, bem como o estudo da jurisdição e competência, das questões e processos incidentes, da prova penal, das espécies de prisão, da liberdade e da sentença e coisa julgada.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2

instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.:2.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 6 ed. Salvador: JusPodivm. 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Manual de Processo Penal**. 17 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal**. 9 ed. São Paulo: Método, 2017.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 25 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MARQUES, José Frederico. **Elementos do Direito Processual Penal**. 3 ed. Campinas: Millennium, 2009.

Disciplina: Teoria Geral dos Contratos e Responsabilidade Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Facilitar e promover a capacitação do aluno no conhecimento dos institutos do direito contratual, permitindo o exame do contrato como fonte de obrigação e seu desenvolvimento em todas as fases contratuais, tendo uma visão crítica do fenômeno contratual como principal elemento econômico de circulação e produção de riquezas, conectando-o com os princípios constitucionais da ordem econômica e social, compreendendo, avaliando e interpretando a formação dos contratos, as garantias legais, as cláusulas relativas ao inadimplemento, a revisão judicial, as causas de extinção, elementos essenciais e acidentais, e a consequente responsabilidade contratual e extracontratual em decorrência das relações sociais.

Ementa

Estuda a teoria geral dos contratos por meio das noções gerais, tais como conceito, princípios, formação e classificação; os contratos e as declarações unilaterais; as formas de interpretação; as garantias gerais dos contratos por meio dos vícios redibitórios e da evicção; das cláusulas relativas ao inadimplemento, estudando a cláusula penal e a cláusula limitativa da responsabilidade civil; a revisão judicial; as causas de extinção e a responsabilidade pela indenização nas relações contratuais e extracontratuais tanto de forma objetiva ou subjetiva.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 4: Tomo I Contratos: Teoria Geral.

Bibliografia complementar

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Contratos.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Teoria das Obrigações Contratuais e extracontratuais.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito CIVIL Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 3: Contratos e Atos Unilaterais.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo, Atlas. 2013. v. 2: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.: 4. Responsabilidade Civil.

Ementas das disciplinas do 5º semestre

BLOCO TEMÁTICO: RELAÇÕES PRIVADAS E CONTROLE SOCIAL II - 5º semestre:

Disciplina: Direito Penal

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Promover o conhecimento dogmático da Parte Especial do Código Penal, capacitando o aluno a identificar os crimes previstos no referido diploma legal e articulá-los com as políticas criminais correspondentes, dominando o aparato técnico–dogmático e político-criminal sob a égide da Constituição Federal.

Ementa

Estuda os crimes previstos na parte especial do Código Penal, em especial os principais tipos penais, como crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a administração pública, entre outros.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.: 2. Parte Especial - Dos Crimes Contra A Pessoa.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 3. Parte Especial - Dos crimes contra o patrimônio.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. 16 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. v. 2 - Parte especial.

Bibliografia complementar

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

CUNHA, Rogério Sanchez. **Manual de Direito Penal: parte especial**. 10 ed. Salvador: JusPodium, 2018. v. único.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal: parte Especial**. 2 ed. Rio de Janeiro: 2018. v.: 2.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal: parte especial**, 33 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Disciplina: Direito Sucessório

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar a capacitação do aluno na interpretação das normas protetivas do Direito sucessório, examinando a sucessão ‘causa mortis’ sob a visão crítica e pragmática por meio do estudo dos princípios gerais que concebem o instituto, examinando desde a capacidade testamentária e as hipóteses de renúncia até as formas legítima e testamentária de sucessão e seus efeitos jurídicos na partilha dos bens.

Ementa

Estuda a sucessão ‘causa mortis’ por meio da distinção entre sucessão legítima e testamentária, da possibilidade de aceitação e renúncia à herança, dos institutos da indignidade e deserção de herdeiros, da ordem da vocação hereditária, das espécies testamentárias, da capacidade testamentária, da hipótese de revogação, dos legados, do cálculo da legítima, do pagamento das dívidas, dos ritos de inventário e dos procedimentos extrajudiciais.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7 ed. São Paulo, Saraiva, 2013. v. 7: Direito das Sucessões.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 7: Direito das Sucessões.

Bibliografia complementar

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.: 6. Direito de Família.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 27 ed. São Paulo: Saraiva. 2013. v. 6: Direito das Sucessões.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2013. v. 6: Direito das Sucessões.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 7: Direito das Sucessões.

WALD, Arnold. **Direito Civil**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6: Direito das Sucessões.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar o estudo do direito processual penal por meio dos prazos, das citações, das intimações e das notificações, bem como compreender quem são e quais as competências dos sujeitos da relação processual. Sob a ótica das garantias constitucionais, estudar a produção da prova no processo penal, as espécies de prisão e a liberdade provisória.

Ementa

Estuda questões pragmáticas do processo penal, tais como as competências dos sujeitos que compõem a relação processual penal, ou seja, o juiz, o ministério público, a defensoria pública, o defensor, o curador e o assistente, além dos terceiros. Examina, ainda, o processo e os procedimentos, as nulidades, a comunicação dos atos processuais, incluindo os prazos, as citações e as intimações, os recursos, as relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras, outras disposições gerais do código de processo penal e as ações autônomas de impugnação.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense/Gen, 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.: 2

PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal**. 9 ed. São Paulo: Método, 2017.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 25 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 6 ed. Salvador: JusPodium. 2018.

Disciplina: Prática de Processo Penal

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a interpretar, conceber e redigir atos jurídicos penais em geral, sejam judiciais (fase processual) como extrajudiciais (fase investigativa policial), bem como realizar o exame crítico da jurisprudência e da doutrina nacional sobre a matéria, dominando a terminologia jurídica, o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica que resulte uma adequação técnico-jurídica, expressando-se oralmente e por escrito com correção linguística.

Ementa

Interpretação e reflexão crítica que resultem a redação de atos jurídicos por meio da elaboração de diversas peças inerentes ao processo penal, tais como denúncias, sentenças, petições iniciais de ações constitucionais, recursos e da assistência a audiências de julgamento e de instrução, bem como da participação em simulação de sessões de julgamento, em especial de tribunal do júri.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 10 ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de Processo Penal: teoria e modelos**. 6 ed. São Paulo: Método, 2012.

MACHADO, Angela C. Cangiano et. al. **Prática penal**. 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 6: Prática Forense.

Bibliografia complementar

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal**. 9 ed. São Paulo: Método, 2017.

SILVA, Davi André; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique. **Manual de Prática Penal**. 10 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 25 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo Penal Comentado**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Disciplina: Ações Constitucionais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Possibilitar o conhecimento do surgimento e a evolução das ações constitucionais como forma privilegiada de proteção dos direitos fundamentais individuais, coletivos e difusos. Enfrentar adequadamente e propor soluções às demandas dos novos direitos, utilizando os meios processuais previstos pela Constituição Brasileira.

Ementa

Estuda a proteção dos direitos fundamentais como condição necessária de realização da cidadania. Os novos direitos e suas garantias jurídicas e jurisdicionais. O acesso do cidadão à justiça. O processo das ações constitucionais: um rito especial e sumário. Ações constitucionais de proteção dos direitos individuais e coletivos: Habeas corpus, Habeas data, Mandado de segurança individual e coletivo, Mandado de injunção, Ação civil pública, Ação popular.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

Bibliografia complementar

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação civil pública:** em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores - Lei 7.347/1985 e legislação . 14 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação popular** . 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações Constitucionais**. 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2017

PACELLI, Eugenio, FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Disciplina: Meio Ambiente e Crimes Ambientais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a conhecer as especificidades do direito ambiental como um direito fundamental que resulta a denominada cidadania ambiental, estudando os princípios do direito ambiental e a atuação preventiva, repressiva e reparatória do Poder Público por meio da tríplice responsabilidade ambiental, ou seja, a cível, a administrativa e, em especial, a penal, quando são estudados os crimes ambientais.

Ementa

Estuda o Direito Ambiental sob a ótica constitucional e os princípios jurídicos que o concebem, focando na tutela administrativa do meio ambiente e a necessária atividade preventiva, repressiva e reparatória incidentes na tríplice responsabilidade ambiental, com ênfase no estudo dos crimes ambientais como resultantes do dano ambiental.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

AMADO, Frederico. **Direito ambiental**. 10 ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodium, 2019.

MARCÃO, Renato Flavio. **Crimes Ambientais**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GUERRA, Sidney; GUERRA, Sergio. **Curso de Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2009 .

Bibliografia complementar

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PRADO, Luiz Régis. **Direito Penal do Ambiente**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de Direito Ambiental**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Ementas das disciplinas do 6º semestre

BLOCO TEMÁTICO: SOCIEDADE E O ESTADO I - 6º semestre:

Disciplina: Direito Administrativo I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Auxiliar na compreensão dos princípios fundamentais da atividade administrativa, a formação e o conceito do direito administrativo por meio da Constituição Federal e das fontes que o concebem. Examinar, ainda, a organização administrativa do Estado, os poderes da administração e a atividade normativa da administração pública.

Ementa

Estudo dos prolegômenos do Direito Administrativo por meio dos seus princípios fundamentais, da formação, fontes e conceito de Direito Administrativo. Exame dos conceitos afins e elementos jurídicos que têm importância prática na organização administrativa do Estado e suas incidências na administração pública direta e indireta, estudando os poderes da administração e a atividade normativa da administração pública, os atos administrativos, os seus agentes e os mecanismos de controle a que se submete.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018

Bibliografia complementar

BINENBOJM, Gustavo. **Temas de Direito Administrativo e Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993**. 17 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO; José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Disciplina: Direito Tributário I

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar a capacitação do aluno, no âmbito constitucional-tributário, a reconhecer a aplicabilidade dos direitos fundamentais no exercício da atividade tributária, compreender o conceito de tributos e suas espécies, o sistema tributário nacional, a divisão das competências tributárias e as Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (Princípios e Imunidades). No âmbito infraconstitucional, proporcionar o aprendizado acerca das fontes do direito tributário, da vigência e aplicação da legislação tributária, da interpretação e integração da legislação tributária, assim como da obrigação tributária, responsabilidade tributária, crédito tributário e regramento atinente à administração tributária.

Ementa

Estudo do Direito Tributário, com ênfase no sistema tributário nacional, nos limites, fins e princípios da tributação, assim como da legislação tributária infraconstitucional no Estado Democrático de Direito.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de

conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

VOLKWEISS, Roque Joaquim. **Direito Tributário Nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Bibliografia complementar

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

ROSA Júnior, Luiz Emygidio F. Da. **Manual de Direito Tributário: jurisprudência atualizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Disciplina: Direito do Consumidor

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno para a compreensão das relações consumeristas como resultados da sociedade contemporânea que é caracterizada pela massificação das relações, estudando os princípios que o concebem, a política nacional de relações de consumo, os direitos básicos do consumidor e as especificidades dos contratos quanto à incidência da responsabilidade civil, das práticas comerciais, da proteção contratual sob a perspectiva individual, coletiva e difusa, das sanções administrativas, entre outras.

Ementa

Estuda a relação de consumo e suas incidências no que é pertinente á política nacional de relações de consumo, aos princípios, aos direitos básicos do consumidor e às vicissitudes dos contratos disciplinados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

BENJAMÍN, Antonio Herman de Vasconcelos. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Cláudia de Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito de Consumidor**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2018.

Bibliografia complementar

AGUIAR JR. Ruy Rosado de; Lopez, Teresa Ancona. **Contratos Empresariais** - Contratos de Consumo e Atividade Econômica. São Paulo: Saraiva, 2013. Série Gvlaw

BONATO, Cláudio. **Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe **Manual de Direito do Consumidor**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Direito Processual Civil II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar a identificação dos recursos existentes e os requisitos necessários para a admissibilidade destes nos órgãos superiores, bem como examinando detalhadamente e contribuindo para o conhecimento das tutelas de urgência (antecipada e cautelar) e de evidência.

Ementa

Estuda a teoria Geral dos Recursos, Apelação; Agravos; Embargos de Declaração; Embargos Divergentes; Recurso Especial; Recurso Extraordinário. Recurso especial e extraordinário. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Reclamação. Mecanismos vinculantes no CPC. Ação rescisória.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sergio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil: Tutela dos Direitos mediante Procedimento Diferenciados**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 3.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. Único.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. CUNHA, Leonardo carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**. 14 ed. Salvador: Jus Podivm, 2017. v. 3.

Bibliografia complementar

ASSIS, Araken. **Manual dos Recursos**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: execução forçada, processos nos tribunais, recursos**. 50 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 3.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza. **Curso de Direito Processual Civil**. 12 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2017. v. 2.

DONOSO, Denis. SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Manual dos Recursos cíveis: teoria e prática**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

Disciplina: Direito Processual Civil III

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivo

Oportunizar e facilitar o estudo das várias formas de realização do direito material com os procedimentos adequados para a satisfação do bem da vida alcançado com a tutela jurisdicional via cumprimento de sentença ou processo de execução.

Ementa

Estuda a função jurisdicional executiva- conceito e natureza, novos rumos da execução, princípios do processo de execução, pressupostos da execução, liquidação da sentença, cumprimento de sentença, impugnação ao cumprimento de sentença; estuda os diferentes procedimentos relacionados à tutela executiva, como as execuções das obrigações de fazer, não fazer, entrega de coisa, quantia certa, alimentos e a execução contra a Fazenda Pública; execução de título extrajudicial, fraude a execução, espécies e procedimentos e embargos de terceiro, à execução e do devedor.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia conterà a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativo a estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de textos e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 19 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza; CUNHA, Leonardo carneiro da; BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Execuções**. 7 ed. Salvador: Jus Podivm, 2017. v. 5

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 4 ed., rev. atual. São Paulo: Atlas, 2018

Bibliografia complementar

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. Único.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 9 ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. único

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

FILHO MONTENEGRO, Misael. **Direito Processual Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. único.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 50. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 3.

Ementas das disciplinas do 7º semestre**BLOCO TEMÁTICO: SOCIEDADE E O ESTADO II - 7º semestre****Disciplina: Democracia, Cidadania e Dignidade Humana.**

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o estudo das estruturas sociais e o controle social por meio do Direito, analisando as mútuas e recíprocas conexões entre o Direito e Sociedade Democrática por meio do estudo correlato entre a normatividade jurídica e a normatividade social que resulta do Estado democrático social e o elevado valor da dignidade da pessoa humana.

Ementa

Estuda a formação e a atuação do ordenamento jurídico, bem como das instituições jurídicas que o concebe e o aplica, como resultado do diálogo entre o Direito e a Sociedade Democrática que apresenta a dignidade da pessoa humana como o valor jurídico-social mais elevado. Políticas afirmativas com relação aos afrodescendentes e indígenas no Brasil, particularmente no que se refere à educação das relações étnico-raciais.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

FARIA, José Eduardo. **Sociologia Jurídica: Direito e Conjuntura**. 2 ed. 3 reimp. São Paulo: Saraiva, 2015. Série GVLAW

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente contra o Desperdício da Experiência**. 8 ed. 2 reimp. São Paulo: Cortez, 2017. v.: 1.

Bibliografia complementar

HABERMAS, Jurgen. **O Futuro da Natureza Humana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos.

MEDEIROS, Pedro. **Uma Introdução à Teoria da democracia**. Curitiba: InterSaberes, Curitiba, 2016 [Biblioteca Virtual].

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

Disciplina: Direito Administrativo II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

A compreensão dos atos administrativos, as licitações e os contratos administrativos como atividades de competência do Poder Público e o consequente poder de polícia como característica do Direito Administrativo. Analisar os serviços públicos e suas derivações em relação à concessão, permissão e autorização para serviços públicos. Examinar, ainda, a intervenção do Estado na propriedade privada, as servidões administrativas, o tombamento, a desapropriação e a responsabilidade civil do Estado.

Ementa

Estudo das espécies e tipos de licitações; da teoria geral dos contratos administrativos, do regime exorbitante dos contratos administrativos, do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos e das espécies de contratos administrativos; dos serviços públicos e regime básico; da prestação direta e indireta dos serviços públicos, da concessão, permissão e autorização para serviços públicos; a intervenção do Estado na propriedade privada, as servidões administrativas, o tombamento, a desapropriação e a responsabilidade civil do Estado.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na

compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33 ed. rev. e atual. 3 tir. São Paulo: Malheiros, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2018

Bibliografia complementar

FREITAS, Juarez. **O Controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos**. Lei 8.666/1993. 17 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20 ed. São Paulo: Método, 2017.

Disciplina: Direito Tributário II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a dominar o conteúdo relativo aos impostos em espécie, aos direitos e garantias individuais do contribuinte no processo tributário, ao procedimento e ao processo administrativo tributário, bem como do processo judicial tributário.

Direito constitucional tributário, estudando desde as limitações constitucionais até o poder de tributar sob a ótica da competência tributária prevista na Constituição Federal de 1988, bem como exame dos procedimentos administrativos e judiciais que são inerentes do Direito Tributário.

Ementa

Estudo dos impostos em espécie, a partir da Constituição e da legislação infraconstitucional, bem como dos procedimentos administrativos e judiciais em matéria tributária, como instrumentos de tutela.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 11 ed. Saraiva Educação, São Paulo, 2018.

BUFFON, Marciano. MATTOS, Mateus Bassani de. **Tributação no Brasil do século XXI: uma abordagem hermeneuticamente crítica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

Bibliografia complementar

FREITAS, Vladimir de Passos. **Código Tributário nacional comentado**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROSA JÚNIOR Luiz Emygdio F. da. **Manual de Direito Tributário: jurisprudência atualizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

Disciplina: Direito Internacional Público

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar ao aluno o conhecimento dos fundamentos da disciplina e de sua definição e desenvolvimento histórico, refletindo sobre a responsabilidade internacional dos Estados, bem como da forma de solução dos conflitos e das normas de repressão nas relações internacionais, enfocando os espaços internacionais e o Direito Comunitário sob a perspectiva da proteção da pessoa humana no Direito Internacional Público.

Ementa

Estuda o conceito e desenvolvimento histórico da disciplina, das fontes, dos sujeitos e da personalidade jurídica internacional, tratando da responsabilidade internacional do Estado, da forma de solução dos conflitos e dos princípios e normas de repressão nas relações internacionais. Reflete, ainda, sobre os espaços internacionais, o Direito Comunitário, a condição jurídica dos estrangeiros e a proteção da pessoa humana no Direito Internacional Público.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**: incluindo noções de direitos humanos e comentários. 10 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008

Bibliografia Complementar

SILVA, Geraldo E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba; Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2017

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **A Solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEZZANOTTI, Gabriela. **Direito, Guerra e Terror: os novos desafios do direito internacional pós 11 de setembro**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BARROSO, Luis Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial**. Belo Horizonte: Ed.Fórum, 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Disciplina: Direito Internacional Privado

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Compreender os princípios e fontes que formatam o Direito Internacional Privado e definir as diferenças em relação ao Direito Internacional Público, estudando a Lei de Introdução ao Código Civil e o Direito Processual Civil Internacional cujas incidências resultam das diversas questões de direito privado sob a ótica internacional em meio de

sociedades globalizadas caracterizadas pela intensa circulação de pessoas e crescentes relações jurídicas internacionais.

Ementa

Estuda as fontes e princípios do Direito Internacional Privado e, por meio da Lei de Introdução ao Código Civil e o Direito Processual Civil Internacional, suas implicações práticas nas figuras jurídicas do matrimônio, da filiação, dos bens, das obrigações e das sucessões, analisando a homologação da sentença estrangeira, a carta rogatória, a competência concorrente e exclusiva da Justiça brasileira, o conflito internacional de leis e o exame da arbitragem internacional.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmen. **Direito Internacional Privado:** parte geral e Processo Internacional. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado:** incluindo noções de direitos humanos e comentários. 10 ed. Salvador: JusPodivn, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia complementar

BREGALDA, Gustavo. **Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas, 2007.

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antônio Celso Alves. **Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DEL OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado**. 11 ed. São Paulo: Forense, 2015.

VERGUEIRO, Luiz Fabricio Thaumaturgo. **Cooperação jurídica internacional vertical: civil e criminal**. São Paulo: Quartier Latim, 2016.

Disciplina: Prática de Processo Civil

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar e facilitar ao aluno a elaboração de forma adequada e competente peças processuais no âmbito do direito processual civil. Contribuir para a elaboração de peças adequadas ao problema jurídico apresentado em nível de 1º.grau ou 2º.grau e posterior cumprimento de sentença ou execução.

Ementa

Áreas de atuação na prática jurídica civil. Estatuto da OAB. Código de Ética. Simulação orientada de casos práticos, audiências e julgamentos; a elaboração de peças

processuais simuladas do procedimento ordinário e procedimentos especiais; peças recursais, peças de cumprimento de sentença e execuções extrajudicial e embargos.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia empregada com o método indutivo auxiliará o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil, desde a petição inicial até as peças recursais, a partir de casos simulados, provas práticas, redação de peças em laboratório, comparecimento com redação de relatório à audiências e sessões de julgamento no TJ/RS. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças e dos relatórios de audiência.

Bibliografia Básica

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz; MARIN, Marco Aurelio. **Manual de Prática Civil** 13 ed. São Paulo: Editora Elsevier/Método, 2017.

COLOMBO, Juliano, SILVA, Jaqueline Mielke. **Manual de prática civil: teoria e prática**. 8 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.

JÚNIOR ARAUJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil: cabimento; ações diversas, competência, procedimentos, petições e modelos**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar:

PARIZATTO, João Roberto. **Manual Prático do Juizado Especial Civil**. 3 ed. Leme/SP: Editora Edipa, 2017

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Manual de Prática do Processo Civil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DONOSO, Denis. SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Manual dos recursos cíveis: teoria e prática**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

Ementas das disciplinas do 8º semestre

BLOCO TEMÁTICO: EMPRESA E O TRABALHO I - 8º semestre

Disciplina: Ética Profissional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a compreender e posicionar-se diante dos problemas práticos da moral e da ética na área do direito, a partir das principais teorias éticas contemporâneas. Proporcionar conhecimento do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Ética dos demais profissionais do Direito.

Ementa

As teorias éticas e a legitimação da obrigatoriedade moral e sua relação com o Direito. A ética da alteridade e a dignidade humana. O código de ética e de disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB e das outras profissões jurídicas. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia consiste na continuação da pesquisa individual jurídico-científica iniciada em TCC I, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica, bem como avaliação oriunda da banca de arguição.

Bibliografia Básica:

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

VAZ, Henrique Claudio de Lima. **Ética e Direito**. São Paulo: Loyola, 2002

TRIGUEIROS, Arthur, Código De Ética e Disciplina da OAB e Estatuto da Advocacia, 5ª.edição, editora Foco, São Paulo, 2019.

Bibliografia Complementar:

NALINI, Jose Renato. (Org.). **Magistratura e Ética: perspectivas**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. [Biblioteca Virtual].

COUTURE, Eduardo. **Mandamentos do Advogado**. 3 ed. Porto Alegre: Safe. 1979.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Poder dos Juízes**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2007

ARBEX, Sergei Cobra, ZAKKA, Rogerio Marcus. **Estatuto da advocacia: prerrogativas e ética**. Barueri/SP: Manole, 2012. [Biblioteca Virtual].

DAMERGIAN, Sueli. **Para além da barbárie civilizatória: O amor e ética humanista**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. [Biblioteca Virtual].

Disciplina: Tipos Societários

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Proporcionar ao aluno conhecimentos específicos do Direito Empresarial como resultante do regime jurídico de livre iniciativa e da proteção da ordem econômica e da livre concorrência, estudando desde a figura da pessoa jurídica e da atividade empresarial, do empresário e das sociedades empresariais por meio dos seus tipos societários, bem como os contratos mercantis, até as formas de recuperação, dissolução, liquidação e mutações societárias.

Ementa

Estuda o regime da livre iniciativa, a empresa e o empresário, as obrigações dos profissionais individuais atuantes no ramo, tais como as figuras do preposto, do gerente, do contabilista e dos empregados, a pessoa jurídica na modalidade de sociedade empresarial, o sócio e a sociedade empresária, o empresário e os direitos do consumidor, as formas de contratos mercantis e os tipos societários, bem como a proteção do Estado no equilíbrio econômico das empresas e seus reflexos nas formas de dissolução, liquidação, mutações societárias.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: direito de empresa**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 20 ed. rev, ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2019.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais** 7 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2018.

Bibliografia complementar

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Lições de Direito Empresarial**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOBREGA, Camile Silva, **Direito Empresarial e Societário**. 2 ed. rev. atual. ampl. Curitiba: InterSaberes, 2018. [Biblioteca Virtual].

ALCÂNTARA, Silvano Alves. **Direito empresarial e direito do consumidor**. Curitiba: Intersaberes, 2017. [Biblioteca Virtual].

CAMILO JUNIOR, Ruy Pereira. **Direito Societário e Regulação Econômica**. Barueri/SP: Ed.Manole, 2018. [Biblioteca Virtual].

Disciplina: Contratos em Espécie

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o estudo dos contratos em espécie, revendo os elementos básicos da teoria geral dos contratos e os princípios que o concebem, desde o exame da clássica autonomia da vontade e o rígido esquema do *pacta sunt servanda* até o dirigismo contratual dos tempos contemporâneos, por meio de um estudo aberto que recepciona as novas modalidades de contratação que entremostra a era contemporânea dos contratos como instrumento gerador de riqueza e de resultante da aquisição de bens e serviços condutores do bem-estar, em especial no que pertine aos contratos empresariais.

Ementa

Estuda o contrato como instrumento gerador de riqueza da sociedade contemporânea, em especial aos contratos empresariais, estudando desde a concepção principiológica dos contratos em geral até os contratos em espécie, tais como os tradicionais típicos, compreendidos os da compra e venda, locação, mandato, comodato, mútuo, transporte, seguro, depósito, agência e distribuição, comissão, representação comercial, corretagem e prestação de serviços, bem como os contratos atípicos, assim entendidos os de franquia, transferência de tecnologia (licença e know-how) *leasing*, *factoring*, entre outros, sem deixar de contemplar as novas fronteiras do contrato por meio do contrato eletrônico.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 17 ed. rev. atual. 2 impr. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. v.: 3. Contratos.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil: Contratos**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2017 [Biblioteca Virtual].

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.:3. Contratos e Atos Unilaterais.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 1 ed. unif. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 4. Contratos.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos em espécie**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2019. v.: 3.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Teoria Geral e contratos em espécie**. 9.ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v.:4. Contratos.

WALD, Arnaldo. **Direito Civil: Contratos em Espécie**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.:3.

Disciplina: Direito do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a compreender a medicina e segurança do trabalho nas empresas e suas medidas preventivas, bem como a atuação do Ministério Público do Trabalho e o processo de multas administrativas, estudando as normas especiais de tutela do trabalho.

Ementa

Estuda a medicina e segurança do trabalho; os órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas, as medidas preventivas de medicina do trabalho, o processo de multas administrativas, a atuação do Ministério Público do Trabalho, as normas especiais de tutela do trabalho e a nacionalização do trabalho.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 17 ed. São Paulo: LTr, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 41 ed. São Paulo: LTr, 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 13 ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Forense. 2018.

Bibliografia complementar

LEITE, Carlo Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017.

MORAES JÚNIOR, Cosmo Palasio. **Manual de segurança e saúde no trabalho**: normas regulamentadoras: NRs: principais legislações trabalhistas aplicáveis à área de segurança do Trabalho. 1.ed. São caetano do Sul/SP: Difusão Editora, 2017. [Biblioteca Virtual].

GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu Gonçalves. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo, LTr. 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2018

Disciplina: Títulos de Crédito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Auxiliar na capacitação do aluno a compreender a distinção entre direito civil e direito comercial, estudando a atividade empresarial e os fatores de produção, a atividade comercial e industrial. Proporcionar ao aluno conhecer as noções gerais dos títulos de crédito e o princípio do rigor cambiário, estudando as espécies de títulos de crédito, suas garantias e instrumentos para o efetivo cumprimento, bem como a circulação cambial por meio do endosso e as ações cambiais.

Ementa

Estuda as diferenças entre os ramos do Direito Civil e Direito Comercial e suas implicações nos fatores de produção e nas atividades comercial e industrial. Analisa os títulos de crédito por meio de suas características, tais como a literalidade, a autonomia, a abstração, a cartularidade, a independência, o princípio do rigor cambial e das suas espécies, ou seja, o cheque, a nota promissória, a duplicata mercantil, a letra de câmbio e o contrato de câmbio.

Estuda, ainda, o aval, o vencimento e o protesto, a circulação cambial por meio do endosso e as hipóteses de anulação e os títulos de créditos nos financiamentos industrial, comercial e imobiliário.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: direito de empresa**. 30 ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 20 ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2019.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 7 ed. 2. reimpr. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2: Títulos de Créditos e Contratos Empresariais.

Bibliografia complementar:

BERTOLDI, Marcelo Marco; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 10 ed. rev. ampl.atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Lições de Direito Empresarial**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOBREGA, Camile Silva. **Direito Empresarial e Societário**. 2ed. rev. atual. ampl. Curitiba: InterSaberes, 2018. [Biblioteca Virtual].

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**. 10 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2019. v.:2. Títulos de Crédito.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito**. 11 ed. rev, atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2019. v.:3. Direito Empresarial Brasileiro.

Ementas das disciplinas do 9º semestre

BLOCO TEMÁTICO: EMPRESA E O TRABALHO II - 9º semestre

Disciplina: Recuperação de Empresa e Falência

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a dominar e aplicar o conteúdo inerente às disposições gerais da falência e recuperação das empresas, as responsabilidades dos sócios, diretores, gerentes, contadores, síndicos e pessoas afins, estudando as disposições comuns à recuperação judicial e à falência, o direito processual falimentar e o direito penal falimentar, assim como a recuperação extrajudicial.

Ementa

Estuda as disposições gerais referentes à recuperação da empresa e da falência, estudando as responsabilidades dos sócios, diretores, gerentes, contadores, síndicos e pessoas afins em ambas as situações. Examina a hipótese de recuperação da empresa nas esferas judicial e extrajudicial e a falência que é estudada sob a ótica processual e penal.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como, a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica:

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva, *Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Teoria e Prática* - 3ª Ed. Editora Forense, 2017

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de Recuperação da Empresa**. 13 ed. rev .atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

MAMEDE, Gladstone. **Falências e Recuperação de Empresas**. 10 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2019. v. 4.

Bibliografia complementar:

RESTIFFE, Paulo Sergio. **Recuperação de empresas**: de acordo com a Lei 11.101/2005, Barueri/SP: Manole, 2008. [Biblioteca Virtual].

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GOMES, Fabio Bellote. **Manual de Direito Comercial**: de acordo com o nova Lei de Falências e Recuperação de Empresa, 2 ed. rev. atual. ampl. Barueri/SP: Manole, 2007 [Biblioteca Virtual].

CAMPINHO, Sergio, **Curso de Direito Comercial**: Falência e Recuperação Judicial, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. [Biblioteca virtual].

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4 ed. 4 reimp. Brasília: Editora Unb, 2015. v. 2.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Compreender o processo do trabalho desde o estudo dos princípios que o concebem, a competência e a jurisdição da Justiça do Trabalho, bem como as peças judiciais e a produção da prova, estudando o processo e os procedimentos, os elementos da audiência trabalhista, a sentença e os recursos cabíveis, noções gerais da execução trabalhista.

Ementa

Estuda os princípios do processo do trabalho, a competência e a jurisdição da Justiça do Trabalho, os elementos a serem observados na elaboração da petição inicial e na resposta do réu, a produção das provas, o processo e os procedimentos ordinário e sumaríssimo, a realização da audiência inicial, a apresentação das razões finais, a sentença e coisa julgada. Analisa, ainda, os recursos trabalhistas em seus princípios recursais e os recursos em espécie: recurso ordinário, embargos de declarações, agravo de instrumento e recurso de revista. Examina as noções básicas da execução trabalhista.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem

como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

CASSAR. Vólia Bomfim. **CLT comparada e atualizada:** com a reforma trabalhista. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

MARTINS. Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho.** 40 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SCHIAVI. Mauro. **Manual de direito processual do trabalho.** 16 ed. São Paulo: LTr, 2018.

Bibliografia complementar

BEZERRA LEITE. Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho.** 16 ed. São Paulo: LTr, 2018.

CISNEIROS. Gustavo. **Manual de prática trabalhista.** 5 ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

SOUZA. Rodrigo Trindade. (Org.). **CLT Comentada pelos Juízes do Trabalho da 4ª Região.** 3 ed. São Paulo: LTr, 2018.

PIPEK. Arnaldo; MAGANO Isabella; DUTRA, Alexandre Lauria. **Reforma Trabalhista.** São Paulo: Blucher, 2017. [Biblioteca Virtual].

OLIVEIRA. Cínthia Machado de; *et.al.* **Manual de prática trabalhista: teoria e prática.** 8 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

Disciplina: Estágio I

Eixo de formação:

Carga horária total: 90

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 00

Total de horas práticas: 90

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar a colocação do aluno em situações reais de trabalho e o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de qualquer área das carreiras jurídicas, contribuindo para a integração teórica e prática do aluno a partir do atendimento a casos reais

Ementa

Atendimento a comunidade local. Elaboração das petições iniciais a partir dos casos práticos trazidos de acordo com as necessidades da comunidade, tanto do procedimento ordinário, procedimentos especiais, Contestações, iniciais de Execuções Extrajudiciais, cumprimento de sentença e Embargos. Ações reais, etc. Práticas nos juizados especiais cíveis.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil e penal após os atendimentos aos casos reais. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças produzidas em atendimento aos casos reais.

Bibliografia Básica

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 19 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza; CUNHA, Leonardo carneiro da; BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Execuções**. 7 ed. Salvador: Jus Podivm, 2017. v. 5.

DONOSO, Denis. JUNIOR, Marco Aurélio Serau. **Manual dos recursos cíveis:** teoria e prática. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

Bibliografia Complementar

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil:** Tutela dos Direitos mediante Procedimento Diferenciados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 3.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 20 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil.** 13 ed. São Paulo: Editora Método, 2017.

COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. **Manual de prática civil teoria e prática.** 8 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.

JÚNIOR ARAUJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil:** cabimento; ações diversas, competência, procedimentos, petições e modelos 21 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Disciplina: Prática de Processo do Trabalho

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a elaborar, desenvolver técnicas de redação e interpretar as peças judiciais e extrajudiciais inerentes ao processo do trabalho, tais como petições iniciais e de meio, sentenças, recursos cabíveis, examinando os elementos que devem ser contemplados

nos cálculos trabalhistas, seja na esfera judicial como na esfera extrajudicial, conhecendo a atuação dos sindicatos na prática do cotidiano do processo trabalhista.

Ementa

Oficina de interpretação e redação dos atos jurídicos que compõem a rotina da prática de processo trabalhista, examinando a forma e elementos a serem examinados nas petições iniciais e de meio, nas sentenças e nos recursos judiciais cabíveis, observando os requisitos essenciais que são contemplados na elaboração dos cálculos trabalhistas e conhecendo a atuação dos sindicatos na prática do processo do trabalho.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área trabalhista, desde a petição inicial até as peças recursais, à partir de casos simulados, provas práticas, redação de peças em laboratório, comparecimento com redação de relatório à audiências e sessões de julgamento no TRT 4ª Região. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças e dos relatórios de audiência.

Bibliografia básica

CISNEIROS. Gustavo. **Manual de prática trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

SOUZA. Rodrigo Trindade. (Org.). **CLT Comentada pelos Juízes do Trabalho da 4ª Região**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2017.

OLIVEIRA. Cínthia Machado de; *et. al.*. **Manual de prática trabalhista: teoria e prática**. 8 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018.

Bibliografia complementar:

BEZERRA LEITE. Carlos Henrique. **Curso de direito processual do trabalho**. 16 ed. São Paulo: LTr, 2018.

ALCANTARA. Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas**. 3 ed. rev. atual. Curitiba: Editora InterSaberes, 2018. [Biblioteca Virtual].

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Prática Jurídica Trabalhista**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS. Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 40 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SCHIAVI. Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 13 ed. São Paulo: LTr, 2018.

Disciplina: Direito Coletivo e Difuso

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar o aluno a estudar o Direito do Trabalho na ótica dos conflitos coletivos, analisando os seus elementos constitutivos, conteúdo, função, paradigmas e princípios especiais que o concebem, estudando, ainda, as especificidades dos sindicatos, das negociações coletivas e o direito de greve e as organizações internacionais do Trabalho.

Ementa

Estuda as especificidades do Direito do Trabalho a partir dos conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução por meio de convenções e acordos coletivos, examinando os elementos constitutivos da relação, suas funções, paradigmas e princípios afins, bem como as atividades resultantes das atuações dos sindicatos em razão das negociações coletivas e do direito de greve. Ainda, estuda o direito coletivo do trabalho, a organização sindical, o direito

internacional do trabalho e a OIT, o direito de greve e as perspectivas do direito coletivo do trabalho brasileiro e internacional.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DELGADO, Maurício Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. 7 ed. rev, atual. ampl. São Paulo: Ltr, 2017.

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia complementar:

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora LTr, 14ed. 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. 3 ed. São Paulo: Editora LTr, 2010.

CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho**: direito individual e coletivo do trabalho. 15 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Ementa

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em capacitar o aluno a desenvolver a pesquisa jurídico-social, seja na ótica disciplinar como interdisciplinar, no sentido de elaborar a monografia de final de curso, compreendendo desde a escolha da temática a ser desenvolvida até a elaboração do respectivo projeto de pesquisa, externando os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do curso.

Objetivos

O Trabalho de Conclusão visa proporcionar a produção científica que o aluno do curso de Direito deverá realizar por meio da elaboração de uma monografia final de curso a ser concluída em disciplina de Trabalho de Conclusão II, com supervisão e orientação individual de professor do Curso de Direito da FACCAT.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará da exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse, com foco na pesquisa jurídico-científica, para, então, o aluno iniciar a pesquisa focada na sua área de interesse, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo

durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica.

Bibliografia básica

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2019

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007. [Biblioteca Virtual]

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 26 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 7 ed. 2 reimp. São Paulo: Saraiva, 2018.

FEFERBAUM, Marina, e QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo, **Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão do curso**. São Paulo: Saraiva, 2012. GVLaw.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica**. 2 ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Ementas das disciplinas do 10º semestre

BLOCO CONCLUSÃO: DESAFIOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS - 10º semestre

Disciplina: Direito e Economia

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a compreender o direito e a economia frente ao processo de globalização como fator caracterizador da sociedade contemporânea por meio da análise econômica, política, jurídica e sociológica que auxiliam a conhecer o significado de suas projeções na atividade empresarial e, por consequência, nos índices qualitativos e quantitativos de produção da empresa.

Ementa

Estuda as inter-relações entre direito e economia frente ao processo de globalização que alavanca as relações empresariais dos dias contemporâneos por meio da reflexão sobre fatores econômicos e políticos estudados desde a matriz regionalizada até a mundial, bem como suas incidências sociológicas e jurídicas que implicam o modus de administração da empresa e sua escala de produção.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Luiz Carlos Barnabé. **Introdução Ao Direito Econômico**: direito da economia, economia do direito, direito econômico, law and economics, análise econômica do direito, direito econômico internacional. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Bibliografia complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOMINGUES. Juliana Oliveira. OLIVEIRA. Cristina Godoy Bernardo de. **Direito Econômico Internacional**. Curitiba: InterSaberes, 2017. [Biblioteca Virtual].

FERRAZ JUNIOR. Tercio Sampaio, NUSDEO. Fabio, SALOMÃO FILHO, Calisto. **Poder Econômico**: direito, pobreza violência e corrupção. Barueri/SP: Manole, [Biblioteca Virtual].

SILVA. Roque Sergio D'Andrea Ribeiro da. **Introdução ao Direito Constitucional Tributário**. Curitiba: InterSaberes, 2013 [Biblioteca Virtual].

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Unb, 2009. v. 1.

Disciplina: Inovações e Propriedade Intelectual

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Auxiliar o aluno na compreensão da atualidade e da importância da propriedade intelectual para a cultura e progresso técnico de um país, articulando seus conhecimentos, de forma crítica e criativa, para a proposição de soluções razoáveis nas mais diversas e novas situações sobre o tema que lhe sejam apresentadas. Proporcionar o aprendizado e a aplicação das regras e os princípios que norteiam o direito de propriedade intelectual, atento à crescente internacionalização dos seus temas e de sua legislação, desde o paradigma do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição Brasileira.

Ementa

Direito do Autor: importância e atualidade. Fundamentos da proteção da propriedade intelectual. Histórico do Direito do Autor, especialmente no Brasil. Natureza jurídica. Objeto. Gênese e conteúdo: moral e patrimonial - limitações. Duração. Domínio Público. Autoria e titularidade. Administração coletiva. Cessão, transferência, contratos de licença, de edição, etc. Violações. Sanções cíveis e penais (pirataria e plágio). Direitos conexos. Problemas especiais: cópia particular, software e cinema, creative commons, fair use. Distinção entre copyright e droit d'auteur, caracterizações e convergências dos sistemas em função da proteção internacional. A discussão sobre a cultura livre e o paradigma da proteção autoral.

Direito da Propriedade Industrial: Distinção entre Direito de autor e Propriedade Industrial. Importância e histórico. Privilégios de invenção (PI – patente de invenção), de modelo de utilidade (MU – patente de modelo de utilidade) e desenho industrial DI – registro de desenho industrial). Requisitos. Garantias de prioridade. Invenções e modelos não privilegiáveis. Processo de obtenção - depósito, publicação e exame. Anuidades. Duração, extinção e nulidades. Conteúdo. Transferência entre vivos e por morte. Licenças: compulsória e voluntária. Inventos de empregado e de funcionário. Marcas, conceitos, tipos, formas e classes. Marcas registráveis e marcas não registráveis. Marcas de alto renome e notoriamente conhecidas. Modelo industrial. Indicações Geográficas: Denominações de Origem e Indicações de Procedência. Repressão à Concorrência Desleal e ao abuso de poder econômico. Casos especiais: a proteção à cultivar, o registro de software, a proteção do Trade-Dress (conjunto-imagem) e o abuso de direito na propriedade industrial, na formação de grandes monopólios.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual:** propriedade industrial, direito do autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes, 5 ed. Barueri/SP: Manole, 2014 [Biblioteca Virtual].

Barbosa. Denis Borges, Tratado de propriedade intelectual 2ª. Ed. Rio de Janeiro lumen juris, 2017 tomo I.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro. **Contratos de Propriedade Industrial e Novas Tecnologias:** Propriedade Intelectual. São Paulo: Saraiva, 2018. Série GvLaw.

Bibliografia complementar

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. (Org). **Direito da propriedade intelectual:** estudos em homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes. Curitiba: Juruá, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto; Bittar Filho, Carlos Alberto. **Tutela dos Direitos da Personalidade e dos Direitos Autorais nas Atividades Empresariais.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BETTINI, Lucia Helena Polletti. (Org.), **Gestão da Propriedade Intelectual.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. [Biblioteca Virtual].

AFONSO, Otávio. **Direito autoral:** conceitos essenciais. Barueri/SP: Manole, 2009. [Biblioteca Virtual].

BARBOSA. Pedro Marques Nunes. BARBOSA, Denis Borges. O código da propriedade industrial conforme os Tribunais: Patentes, vol.1. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2018

Disciplina: Bioética e Biodireito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Oportunizar ao aluno o estudo sobre o desenvolvimento biotecnológico, os avanços científicos e as práticas médicas contemporâneas em razão da dignidade da pessoa humana, examinando a significância do ser humano e as situações médicas, genéticas, sociais, culturais, éticas, epistemológicas e científicas como elementos sistematizadores a serem contemplados no Direito contemporâneo.

Ementa

Estuda o Direito contemporâneo por meio dos avanços tecnológicos e as práticas médicas do cotidiano em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, examinando, por meio da perspectiva histórica, a importância e contextualização social e seus reflexos na normatização jurídica, estudando as situações genéticas, sociais, culturais, éticas e epistemológicas, em especial as que dizem respeito ao início e ao final da vida humana.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na

compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

JUNGES, Jose Roque. **Bioética: Hermenêutica e Casuística**. São Paulo: Loyola, 2006

JORGE FILHO, Isac. **Bioética, fundamentos e reflexões**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2017. [Biblioteca Virtual].

DELFIM, Marcio Rodrigo. **Noções Básicas de Bioética e Biodireito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

Bibliografia Complementar:

SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Bioética e Biodireito**. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

RAMOS, Dalton Luiz de Paula. (Org.). **Bioética, pessoa e vida: uma abordagem personalista**. 2 ed. rev. ampl., São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2018. [Biblioteca virtual].

SILVA. Tadeu Reis Campos. SERRA. Marcia de Fátima. Tutela dos Transplantes sob a Ótica dos Direitos da Personalidade Lumen Juris, 2018

GOZZO, Debora; LIGIERA, Wilson Ricardo. **Bioética e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina: Direito Previdenciário

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno a dominar o conteúdo do Estado Social e a seguridade social como resultado de um Direito Fundamental em que a previdência social é examinada no contexto de uma sociedade globalizada, estudando os sujeitos da relação jurídica previdenciária, o financiamento da seguridade social, o custeio do regime geral da previdência social, a previdência complementar.

Ementa

Estuda o Estado Social e a seguridade social como Direito Fundamental, a previdência social na sociedade globalizada, o direito previdenciário e os sujeitos da relação previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social, os beneficiários, o financiamento da seguridade social, o custeio do regime geral da previdência social, as prestações, os benefícios, os serviços, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais, o tempo de contribuição para fins previdenciários e a previdência complementar.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 10 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Manual de direito previdenciário**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 16 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

Bibliografia complementar

ALVES, Hélio Gustavo. **Temas atuais de relações previdenciárias e trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2018.

CASTRO, Alberto Pereira de Castro. João Batista Lazzari. **Manual de direito previdenciário**. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Alberto A. de; *et. al.* **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 17 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2012.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Seguridade Social**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 5.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Capacitar o aluno à elaboração e formatação do Trabalho de Conclusão de Curso por meio de pesquisa sociojurídica iniciada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I,

em especial a doutrinária e jurisprudencial, observadas as normas científicas, que o recomende a defesa perante banca de arguição.

Ementa

Elaboração e formatação de monografia como resultado de pesquisa científica desenvolvida na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso I que demonstre o senso crítico e reflexivo do aluno e a sua capacidade de aplicar os conhecimentos então desenvolvidos, seja na produção do texto escrito como na defesa perante banca de arguição.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia consiste na continuação da pesquisa individual jurídico-científica iniciada em TCC I, mediante orientação de professor vinculado ao Curso de Direito. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. A avaliação será realizada por meio de fichas de acompanhamento das orientações, implementadas através da resolução específica, bem como avaliação oriunda da banca de arguição.

Bibliografia básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**, 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia complementar

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007. [Biblioteca Virtual].
DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 7 ed. 2 reimp. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUNES, Rizzato. **Manual da Monografia Jurídica**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Disciplina: Estágio II

Eixo de formação:

Carga horária total: 90

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 00

Total de horas práticas: 90

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: obrigatória

Objetivos

Possibilitar a colocação do aluno em situações reais de trabalho e o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de qualquer área das carreiras jurídicas, contribuir para a integração teórica e prática do aluno a partir do atendimento a casos reais.

Ementa

Acompanhamento de processos e realização de audiências de instrução e julgamento. Acompanhamento de processos na justiça de primeiro grau e juizados especiais cíveis. Petições de meio, réplicas, manifestações sobre laudos, memoriais, etc. Recursos aos Tribunais de 2º.Grau e Superiores.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia empregada buscará auxiliar o aluno na aplicação prática do conteúdo teórico visto até esta etapa do curso, de sorte que ele saiba desenvolver peças processuais da área civil e penal após os atendimentos aos casos reais. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas através de 2 instrumentos formais e individuais, com avaliação reduzida ante a avaliação contínua das peças produzidas em atendimento aos casos reais.

Bibliografia Básica

USTARROZ Daniel. **Manual dos Recursos Cíveis**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 19 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

RODRIGUES, Marco Antonio. **Manual dos Recursos: ação rescisória e reclamação**. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 13 ed. São Paulo: Editora Método, 2017.

COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. **Manual de prática civil teoria e prática**. 8 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.

JÚNIOR ARAUJO, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**: cabimento; ações diversas, competência, procedimentos, petições e modelos. 21 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie Souza; CUNHA, Leonardo carneiro da; BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. **Execuções**. 7 ed. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 5.

DONOSO, Denis. JUNIOR, Marco Aurélio Serau. **Manual dos recursos cíveis**: teoria e prática. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

Disciplinas Optativas

Disciplina: Informática para o Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar ao aluno o conhecimento mínimo que possibilite a utilização das ferramentas mais empregadas na rotina das atividades jurídicas, tais como windows, editor de textos, planilha eletrônica, software de apresentação, banco de dados, internet, correio eletrônico e intranets, trabalhando com conceitos atuais das diversas tecnologias de informação disponíveis aplicadas ao Direito.

Ementa

Estuda as noções básicas de informática para o entendimento de sua potencialidade e aplicabilidade nas atividades jurídicas, nas dimensões que abrangem desde suas incidências no campo da investigação científica até a prática da rotina do processo judicializado, em especial, nos processos judiciais virtuais.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada, desenvolvendo o raciocínio indutivo, desenvolvendo as práticas das ferramentas da informática. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

COLLIN, S. M. H. **Dicionário de informática, multimídia e realidade virtual**. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

NORTON, P. **Introdução à informática**. 2.ed. São Paulo: Makron, 1997

TANENBAUM, A. S. **Redes de computadores**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

Bibliografia Complementar

PINHEIRO, Patricia Beck. **Direito Digital**. 6ª ed. rev.ampl. e atual. São Paulo, Saraiva, 2017.

LEMOES, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L.S. **Alfabetização tecnológica do professor**. 9ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, M. L. **Do giz a era digital**. São Paulo: Zouk, 2003.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar ao aluno conhecimentos teórico-práticos sobre as línguas e linguagens humanas, utilizadas por pessoas com necessidades especiais, especificamente surdos, cegos e pessoas com baixa visão, propondo-se a estudar e reconhecer a língua de sinais como língua própria da cultura surda, além de compreender como ocorre o processo do letramento em pessoas surdas e pessoas com deficiência visual, conhecendo o sistema Braille utilizado pelos cegos, bem como a especificidade de comunicação e linguagem de pessoas com deficiência visual.

Ementa

Noções básicas sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Noções sobre o processo linguístico que envolve a comunicação entre surdos e surdos com ouvintes. Demandas sociais, legislativas e educacionais que envolvem o processo de inclusão dos surdos em diversos contextos.

Metodologia e recursos de avaliação

As aulas serão desenvolvidas por meio da utilização de estratégias diversificadas, tais como: aulas expositivas dialogadas, mediação das discussões sobre filmes, vídeos e textos, aulas dialogadas em Libras, assessoramento às atividades dos alunos. Em relação aos alunos, serão propostas atividades individuais e em grupos, seminários, discussão de filmes e construção textual, leituras (individuais ou em grupos) de textos relacionados às temáticas estudadas e posterior produção textual, elaboração e apresentação de diálogos em LIBRAS, entre outros, pelas quais serão avaliados.

Bibliografia Básica

DIAS, Rafael. (Org.). **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. [Biblioteca virtual].

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. v. 1.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. v. 2.

Bibliografia Complementar

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras: conhecimento além do sinal**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. [Biblioteca virtual]

KOJIMA, Catarina Kiguti. **LIBRAS: Língua brasileira de sinais: a imagem do pensamento**. São Paulo: Escala, 2008. Vol. I,II,III, IV e V

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática por língua de sinais**. Porto Alegre: Mediação, 1999

HONARA, Marcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: estudos lingüísticos - desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

Disciplina: Filosofia do Direito

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Auxiliar na capacitação do aluno e na compreensão do Direito Natural no discurso jurídico contemporâneo, estudando a metafísica da natureza, o problema do fundamento, a *phonesis* aristotélica e a contemporaneidade jurídica, o *neokantismo* no Direito Natural, o neojusnaturalismo e o universalismo dos Direitos Humanos.

Ementa

Estuda o Direito sob as óticas do Direito Natural e suas implicações no positivado direito contemporâneo caracterizado pelo humanismo antropocêntrico, devendo ser observada a ética e a ética normativa sem restringir a filosofia como aplicada apenas na teoria da linguagem científica que a identifica com a lógica.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem

como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

FERRAZ JR. Tercio Sampaio. **A Ciência do Direito**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Bibliografia complementar:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 3 ed. São Paulo: Edipro, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 26 ed. Rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Sistemas Jurídicos

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Oportunizar ao aluno o estudo da cultura jurídica no mundo atual sem limitar o estudo de um único Direito nacional, examinando as diferenças nas Jurisdições e no tratamento aos jurisdicionados, aos movimentos de pessoas e de mercadorias, entre outros, que ignoram as fronteiras dos Estados e a consequente problematização das formas de conhecimento da ciência jurídica na contemporaneidade que incidem nos desafios impostos a observância da experiência jurídica brasileira.

Ementa

Estuda os grandes sistemas do Direito atual, desde a análise do Direito Comparado até a diversidade dos Direitos contemporâneos, em razão da interdependência e solidariedade das nações que condicionam o destino da ciência jurídica pátria que impõem aos economistas e juristas uma nova visão dos problemas que lhes dizem respeito ao definirem os limites e possibilidades das jurisdições.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

CAMPILONGO, Celso. **O Direito na Sociedade Complexa**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RENE, David, Os Grandes sistemas do Direito Contemporâneo. editora Martins Fontes, 1986
 VIEIRA, Andréia Costa. **Civil Law e Common Law**: os dois grandes sistemas legais comparados. Editora: SAFE, 2007.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. São Paulo: Edipro, 2011.
 SLAPPER, Gary; KELLY, David. **O sistema jurídico inglês**. Rio de Janeiro: Editora: Forense, 2011.
 RAMÍREZ, José María Porras. **Integração supranacional**: dimensões da proteção multinível dos direitos e sistema de governo da União Europeia. São Paulo: Editora Saraiva. Série Idp. Linha Comparado, 2016.
 CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política, Sistema Jurídico e Decisão Judicial**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição constitucional**. 5 ed. rev., atual. reformulada. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
 FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Disciplina: Técnicas de Mediação Familiar

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar e oportunizar o acesso ao conhecimento que envolve os processos de mediação como forma de solução de conflitos em especial na solução deste à partir dos próprios agentes envolvidos.

Ementa

Estuda os processos de solução de conflitos familiares, os projetos de Mediação existentes no Judiciário e as alternativas extrajudiciais para a composição dos conflitos familiares.

Metodologia e recursos de avaliação:

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso.

Bibliografia básica

VANCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e práticas restaurativas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5 ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: Editora Método, 2019.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem - Alternativas à Jurisdição**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

Bibliografia complementar

NUNES, Antonio Carlos Ozório. **Manual de Mediação: guia prático da autocomposição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

URY, William. **Como chegar ao sim com você mesmo**: o primeiro passo em qualquer negociação, conflito ou conversa difícil. Rio de Janeiro: Sextante, 2015. OK

BERALDO, Ana de Moraes Salles. **Guarda dos Filhos e mediação familiar**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2016.

GOLDBERG, Flavio. **Mediação em Direito de Família**: aspectos jurídicos e psicológicos. Indaiatuba: Editora Foco Jurídico, 2018.

Disciplina: Direito Imobiliário

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivo

Proporcionar ao aluno um enfoque na perspectiva constitucional sobre as normas reguladoras dos principais institutos relacionados com a propriedade imobiliária, com enfoque especial no condomínio edilício e na legislação relativa a locação. Auxiliar na compreensão das atuais tendências da doutrina e da jurisprudência em relação aos institutos do direito imobiliário, de forma a propor soluções razoáveis nas mais diversas e novas situações que lhe sejam apresentadas. De forma que seja capaz de solucionar problemas relacionados às locações e ao condomínio edilício, atento aos princípios constitucionais que fundamentam o Estado Democrático, em especial ao da dignidade da pessoa humana.

Ementa

A locação em geral. Distinção entre a locação prevista no Código Civil e a locação prevista em legislação especial. A locação de imóveis urbanos. Residenciais e não

residenciais. A proteção ao fundo de comércio. Detalhamento sobre a formação do contrato de locação. O sistema de garantia locatícia. Mecanismos de revisão do contrato de locação. Extinção do contrato de locação. Consensual e não consensual. Despejo. Condomínio Edilício. Formação. Convenção. Assembleia Geral. Sindico. A importância do condomínio edilício na concretização dos valores constitucionais relativos a apropriação privada dos imóveis. Estatuto das Cidades, Lei de Condomínio e Incorporações. Lei de Loteamentos.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. **Prática de locação: Lei do inquilinato** anotada. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Condomínio e incorporações**. Atualizadores: Sylvio Capanema de Souza; Melhim Namem Chalhub. 13 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. **Direito imobiliário: teoria e prática**. 13 ed. Rev., atual., ampl.. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

Bibliografia complementar

BORJES, Isabel Cristina Porto. **Alterações na Lei do Inquilinato: comentários à Lei 12.112/09**. 2 ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil..** 9 ed. Salvador: Juspodivm 2013. v.5: Reais.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais.** 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MELO. Cleyson de Moraes. **Locação e despejo:** comentários à Lei 8.145/91 com as alterações das Lei 12.112/09 e Lei 12.744/12. Jurisprudência, legislação e Súmulas. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos Editora, 2017. [Biblioteca Virtual]

SLAIBI FILHO, Nagib. **Comentários à Lei do Inquilinato.** 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Disciplina: Psicologia Social

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Demonstrar conhecimento teórico acerca da Psicologia Social, sabendo identificar as diferentes perspectivas teóricas, principais enfoques e generalidades.

Ementa

História e bases epistemológicas da Psicologia Social. Investigação e reflexão sobre o estudo da realidade social empírica. Principais conceitos da Psicologia Social. Temas contemporâneos como a construção social da subjetividade, inclusão/exclusão, loucura, comunicação social, representações sociais, gênero, ideologia, influência social, percepção social, agressividade e violência, tomada de decisão.

Metodologia e recursos de avaliação:

Aula expositiva dialogada com auxílio de recursos audiovisuais. Discussão de textos e debates realizados em sala de aula. Avaliação: provas e trabalhos

Bibliografia Básica

ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: LTC, 2002

RODRIGUES, A. **Psicologia Social Para Principiantes** - Estudo da interação humana. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STREY, M.N.; BERNARDES, M.G.; GUARESCHI, P.A.; CARLOS, S.A.; FONSECA, T.M.G.; JACQUES, M.D.G. **Psicologia social contemporânea**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Tania Mara Galli, FRANCISCO, Deise Juliana. **Formas de Ser e de Habitar a Contemporaneidade**. UFRGS: Porto Alegre, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 39 ed. Vozes: Petrópolis, 2011.

GUARESCHI, P. A.; JAVCHELOVICH, S. **Textos de representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social?** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Disciplina: Técnicas de Júri

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Oportunizar ao aluno o aprofundamento do estudo referente aos crimes dolosos contra a vida e conhecer as técnicas de júri para a atuação dos profissionais que exercem a atividade, analisando desde a fase policial, passando pela decisão de pronúncia, até a do julgamento final, sob os diferentes focos, ou seja, o da magistratura, o do ministério público, o da defensoria pública, o da advocacia de defesa ou de acusação e o da delegacia.

Ementa

Estuda os crimes dolosos contra a vida e as diferentes fases que se destacam na tramitação da respectiva ação penal pública sob as perspectivas dos diferentes interesses dos profissionais que atuam nos júris.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.: 2. Parte Especial - Dos Crimes Contra A Pessoa.

MUCCIO, Hidejalma, **Prática de processo penal**: teoria e modelos. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SILVA, Danni Sales. **Júri**: persuasão na tribuna. Curitiba: Juruá, 2018.

Bibliografia complementar

COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA Fernando José Da. **Curso de Direito Penal**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1: Parte Geral.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2 - Parte Especial - Arts. 121 a 234 do CP - v. II

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Júri: do Plenário ao Inquérito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Disciplina: Estado e Globalização

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Oportunizar ao aluno o enfrentamento de forma autônoma e crítica, das novas situações jurídicas, auxiliando na construção das soluções que se ajustem aos mandamentos constitucionais; Auxiliar na compreensão dos desafios do constitucionalismo contemporâneo que se propõe a redefinir as relações entre a Constituição e o Estado no contexto da globalização; Facilitar o conhecimento da Constituição Federal de 1988 de forma aprofundada e sistemática, analisando criticamente os problemas jurídico-constitucionais no Estado brasileiro.

Ementa

A Constituição e o Estado no mundo globalizado. O Estado constitucional contemporâneo. A globalização econômica e o Estado constitucional. Processo Legislativo. A crise da representação política. Os desafios do processo legislativo na Constituição brasileira de 1988. O controle do processo legislativo. O processo legislativo de reforma da Constituição. Sistemas eleitorais e Processo Eleitoral. A organização da Justiça Eleitoral brasileira. Espaço democrático de decisão política e a crise de participação. Processo Constitucional. Jurisdição constitucional. O controle de constitucionalidade das leis, difuso e concentrado. A proteção jurisdicional dos direitos fundamentais. Os remédios constitucionais. A judicialização da política. Hermenêutica Constitucional: interpretação e aplicação da Constituição. A desfuncionalidade do Direito no Estado Democrático de Direito.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema à partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização e as Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2012.

Bibliografia complementar

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

OLIVEIRA, Mara de; AUGUSTIN, Sérgio. **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul: Educs, 2013. [Biblioteca virtual].

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado** – Parte Geral. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORANGE, Jean. **Direitos humanos e liberdades públicas**. Tradução Eveline Bouteiller. Barueri: Manole, 2004. [Biblioteca virtual].

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Disciplinas: Direito Eleitoral

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Proporcionar ao aluno o conhecimento das noções básicas sobre o funcionamento e os procedimentos da Justiça Eleitoral, analisando-as comprometido com os cânones constitucionais. Identificar as mudanças sociais e políticas do País e saber discernir seus impactos no Direito Eleitoral, qualificando sua prática jurídica.

Ementa

Estado Democrático de Direito e a soberania popular com o sufrágio universal; Autonomia do Direito Eleitoral; Organização da Justiça Eleitoral; Legislação Eleitoral.

Direitos Políticos e a Capacidade eleitoral ativa e passiva; Condições de elegibilidade e as Causas de inelegibilidade. Registro de Candidatura e a Impugnação de registro. Propaganda Eleitoral. Condutas Vedadas. Representação Eleitoral. Captação Ilícita de Sufrágio. Investigação Judicial Eleitoral. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Recurso Contra Diplomação. Prestação de Contas. Lei da Ficha Limpa.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2018.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito eleitoral**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Bibliografia complementar

CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral**. 11. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Direito Eleitoral**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, José Jairo. **Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral**. 3 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

RAIS, Diogo. (Coord.). **Direito Eleitoral Digital**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

Disciplina: Oficina de Elaboração de Projeto de TCC

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Capacitar o aluno a definir, delimitar e problematizar o tema sobre o qual elaborar o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, bem como reunir e documentar o material pesquisado/encontrado.

Ementa

A pesquisa Científica no Direito. Os principais temas jurídicos pesquisados nas universidades brasileiras e Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Bibliografia básica

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Monografia Jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia complementar

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Education, 2007. [Biblioteca virtual].

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Rizzato. **Manual da Monografia Jurídica**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012

Disciplina: Recursos Humanos e Cálculos Trabalhistas

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Oportunizar o aluno a estudar o contrato de trabalho e suas vicissitudes sob a ótica da dignidade da pessoa do trabalhador e os inerentes recursos humanos a serem ofertados pelo empregador e suas implicações nos cálculos trabalhistas inerentes à formação e extinção do contrato de trabalho, examinando desde o salário e a remuneração, como a jornada de trabalho, intervalos e repousos, férias, interrupções e suspensões contratuais, além das garantias jurídicas de emprego e suas indenizações correlatas.

Ementa

Estuda a necessidade da implantação dos recursos humanos por parte do empregador e suas incidências nos cálculos trabalhistas, desde o momento da contratação até a extinção do contrato e seus respectivos valores de pagamentos e de indenizações.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHIAVE, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 13 ed. São Paulo: LTr, 2018.

Bibliografia complementar:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GARCIA, Roni Genicolo. **Manual de Rotinas Trabalhistas: problemas práticos na atuação diária**. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

PRETTI, Gleibe; MONTANHANI, Marcos Paulo. **Como elaborar os cálculos trabalhistas após a reforma**. São Paulo: LTr, 2018.

SOUZA, Rodrigo Trindade de. (Org.) **CLT Comentada: pelos juízes do Trabalho da 4ª Região**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2018.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos Trabalhistas**. 29 ed. São Paulo: Editora Gen/Atlas, 2017.

Disciplina: Psicologia Institucional

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Conhecer as principais abordagens dos fenômenos institucionais e seus pensadores, bem como as perspectivas teórico-metodológicas que elas trazem para a intervenção do psicólogo nas instituições. Compreender o papel do psicólogo junto às múltiplas instituições em que são empreendidas ações sociais, de saúde e da esfera organizacional.

Ementa

Fundamentos teóricos que embasam diferentes abordagens dos fenômenos institucionais e seus principais pensadores. Papel do psicólogo junto às instituições. Técnicas de intervenção institucional.

Metodologia e recursos de avaliação:

Aulas expositivas dialogadas. Visitas à Instituições. Trabalhos e provas.

Bibliografia Básica

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
OSÓRIO, L. C. e cols. **Grupos: teorias e práticas acessando a era da grupalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
GUIRADO, Marlene. **Psicologia Institucional**. São Paulo: EPU, 2004.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, R. H. (org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

ENRUQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KAËS, R. et al. **A Instituição e as Instituições**: estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

04. PAGÈS, M. **A vida afetiva dos grupos**: esboço de uma teoria da relação humana. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIVIÈRE, P. **O processo grupal**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Disciplina: Direito Digital

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas:

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Compreender e refletir sobre os impactos do direito digital nas diversas relações jurídicas, em especial, sobre os direitos da propriedade intelectual e os direitos da personalidade.

Ementa

Introdução do direito digital. A sociedade da informação. As novas tecnologias. As bases de dados eletrônicas. Os direitos da propriedade intelectual e à privacidade frente ao direito à informação.

Bibliografia Básica

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti (Coord.). **Direito digital:** direito privado e internet. 2 ed. atual. rev.e ampl. Indaiatuba: Editora Foco, 2019.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital.** 6 ed. rev. ampl. atual. São Paulo, Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar

BITELLI, Marcos Alberto Sant'Anna. **O direito da comunicação e da comunicação social.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco Civil da Internet Comentado.** São Paulo: Atlas, 2017.

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; WACHOWICZ, Marco (Coord.). **Direito da propriedade intelectual:** estudos em homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes. Curitiba: Juruá, 2014. v. 2.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual:** propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes. 5 ed. Barueri: Manole, 2014. [Biblioteca Virtual].

PAESANI, Liliana Minardi. **Manual de propriedade intelectual:** direito de autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais *sui generis*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Disciplina: Mediação, Arbitragem e Negociações Internacionais

Eixo de formação:

Carga horária total: 60

Créditos: 04

Total de horas teóricas: 60

Total de horas práticas: 00

Pré-requisitos:

Tipo de disciplina: optativa

Objetivos

Compreender e refletir acerca dos institutos da mediação, arbitragem e negociação internacional, capacitando o acadêmico a aplicá-las no seu futuro exercício profissional.

Ementa

Teoria geral dos conflitos e sua gestão. Meios extrajudiciais de solução de conflitos. A mediação. Conceitos e princípios da mediação. Relações interpessoais e interorganizacionais. Diferença entre os institutos da mediação, conciliação e jurisdição. Papel e ética do mediador. O papel do advogado na mediação A Arbitragem. Conceito e princípios da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro e internacional. Convenções internacionais de arbitragem. O procedimento arbitral. Sentença arbitral. Função e ética do árbitro. A negociação internacional. Papel e importância da negociação internacional. Conceitos, fases e táticas em negociação internacional.

Metodologia e recursos de avaliação

A metodologia utilizará a exposição de conceitos introdutórios com a indicação prévia de leitura específica individual obrigatória extraclasse para posterior debate em grupo, bem como a concretização do conteúdo em casos simulados e reais que auxiliarão o aluno na compreensão do tema a partir do específico para o geral, facilitando e estimulando o processo de aprendizado teórico e prático de forma associada desenvolvendo o raciocínio indutivo. O processo de avaliação será contínuo durante o semestre e integrado aos procedimentos didático-pedagógicos indutivos e dedutivos. As avaliações serão realizadas por meio de 2 instrumentos formais e individuais, implementados através da resolução de questões de conteúdo acumulado, além de exercícios em grupo relativos ao estudo de caso, apresentação de artigos, súmulas de doutrina e pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia básica

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem - Alternativas À Jurisdição**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem, mediação, conciliação e negociação**. 9 ed. São Paulo: Forense, 2019.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem: mediação, conciliação e Tribunal Multiportas**. 7 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

Bibliografia complementar

MANZUR, Tânia. **Negociações internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. Col. Temas em R. I. Vol 4.

KAMEL, Antoine Youssef. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: InterSaberes, 2017. [Biblioteca virtual]

MELEU, Marcelino. **Jurisdição comunitária: a efetivação do acesso à justiça na policontextualidade**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

TIBURCIO, Carmen; DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: Arbitragem Comercial Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. **Soft Law e produção de provas na arbitragem internacional**. São Paulo: Atlas, 2014. Coleção Atlas de Arbitragem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 dez. 2004, Seção 1, p. 5

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2005, Seção 1, p. 26

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1. p.1

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008. Seção 1, p.1

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 55, de 18 de fevereiro de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 211, de 08 de julho de 2004.** Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 08, de 31 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12636&Itemid=866. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 08, de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12984&Itemid=866. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12984&Itemid=866. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view=article. Acesso em 09 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 09, de 29 de setembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1º out. 2004, Seção 1, p. 17

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 17 set. 2007, Seção 1, pág. 23

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 maio 2012, Seção 1, p. 48

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2012, Seção 1, p. 70.

CARRACEDO, José Rubio. **Ética construtiva y autonomia personal.** Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico de La Universidad de Málaga, 1992.

CORTINA, Adela. La Ética Discursiva. In: CAMPS, Vitoria (Ed.) **Historia de La Ética.** La Ética Contemporanea. Vol. III. Barcelona: Crítica, 1989, pp. 568-573.

CORTINA, Adela. **Los ciudadanos como protagonistas.** Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2007/2011.** Taquara, 2007.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011/2015.** Taquara, 2011.

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. **Projeto Pedagógico Institucional - PPI.** Taquara, 2005.

Fundação de Economia de Estática - FEE. **População por município, faixa etária e sexo – Rio Grande do Sul: 2011.** Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php. Acesso em: 13 dez. 2012.

GODOY, Luana Michelle da Silva. A dignidade da pessoa humana e a necessidade de um diálogo jurídico-filosófico. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 4, n. 3, Set/Dez. de 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à Ética do Discurso.** Trad. de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HUPFFER, Haide Maria. **Ensino jurídico.** Um novo caminho a partir da Hermenêutica Filosófica. Porto Alegre: Editora Entremeios, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico – 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>. Acesso em 13 dez. 2012.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A Ciência do Direito.** Conceito, Objeto. Método. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. RENOVAR, 2ª Ed., 2001.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. A responsabilidade social do jurista e o ensino jurídico: um breve diálogo entre o direito e a pedagogia. In: RAMOS, Carmem Lucia Silveira *et alii*.

(Org.). **Diálogos sobre direito civil**. Rio de Janeiro e São Paulo: RENOVAR, 2002. pp. 489-527.

SARLET, Ingo. Dignidade da pessoa humana. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coordenador). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006, pp. 212-225.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro de competências

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO COMPETÊNCIA
COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS	CT 01	Construir e articular o conhecimento.
	CT 02	Exercer a cidadania.
	CT 03	Atuar de forma criativa e estratégica.
COMPETÊNCIAS DO CURSO	CD 01	Ter o domínio dos conteúdos do ordenamento jurídico vigente e da dogmática construída a respeito, desde uma perspectiva crítico-reflexiva, de forma a estar em condições de dar adequada solução aos interesses que lhe forem submetidos.
	CD 02	Ter formação cultural geral suficiente para permitir-lhe a interação dos conhecimentos técnico-jurídicos com o conhecimento social interdisciplinar e a atuação em equipes multidisciplinares.
	CD 03	Dominar amplamente o idioma pátrio e, em grande medida, ao menos um idioma estrangeiro, capacitando-o para a compreensão, interpretação e produção de textos de forma adequada aos propósitos da comunicação e ao contexto de uso.
	CD 04	Ser capaz de expressar-se e argumentar, com o emprego de raciocínio lógico, da persuasão e da utilização adequada da terminologia jurídica.
	CD 05	Ser capaz de buscar autonomamente as informações e conhecimentos necessários para a sua atividade, preocupando-se com sua constante e permanente atualização, bem como de investigar cientificamente e produzir novos conhecimentos em matéria jurídica.
	CD 06	Compreender e interpretar as situações que se apresentam aos profissionais do direito e saber administrar os conflitos a partir dos pressupostos da ciência jurídica dentro do contexto social e da singularidade do caso concreto.
	CD 07	Aplicar o conhecimento adquirido de forma que os procedimentos e as soluções jurídicos respeitem e desenvolvam a dignidade da pessoa humana.

APÊNDICE B - Quadro demonstrativo da coerência entre as competências e a matriz curricular

COMPONENTES CURRICULARES	COMPETÊNCIAS									
	COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS			COMPETÊNCIAS DO CURSO						
	CT 01	CT 02	CT 03	CD 01	CD 02	CD 03	CD 04	CD 05	CD 06	CD 07
Metodologia Científica e do Curso	X					X		X		
Leitura, Redação e Interpretação de Textos						X				
História do Pensamento Jurídico e Direitos Humanos	X	X	X		X		X	X		X
Introdução ao Estudo do Direito	X	X			X		X		X	
Filosofia	X	X			X					X
Teoria Geral do Processo I				X	X					
Ciência Política e Teoria do Estado	X	X			X					
Teoria Geral do Constituição	X	X		X	X					
Teoria Geral do Direito Civil				X	X					
Teoria Geral do Direito Penal I				X	X					
Direito Constitucional	X	X		X	X					
Teoria Geral das Obrigações				X	X					
Teoria Geral do Processo II				X	X					
Teoria Geral do Direito Penal II				X	X					
Teoria Geral do Direito do Trabalho				X	X					
Direito de Família				X	X				X	
Direito das Coisas				X					X	
Direito Processual Civil I				X					X	
Direito Processual Penal I				X					X	
Teoria Geral dos Contratos e Responsabilidade Civil			X	X	X				X	
Direito Penal				X					X	
Direito Sucessório				X	X				X	
Direito Processual Penal II				X					X	
Prática de Processo Penal		X	X			X	X	X	X	X
Ações Constitucionais	X			X					X	X
Meio Ambiente e Crimes Ambientais	X	X		X	X				X	X

Direito Administrativo				X					X	
Direito Tributário I				X					X	
Direito do Consumidor	X	X		X	X				X	X
Direito Processual Civil II				X					X	
Direito Processual Civil III				X					X	
Democracia, Cidadania e Dignidade Humana	X	X			X					X
Direito Administrativo II				X					X	
Direito Tributário II				X					X	
Direito Internacional Público				X	X				X	
Direito Internacional Privado				X					X	
Prática de Processo Civil		X	X			X	X	X	X	X
Ética profissional	X	X		X	X					
Direito do Trabalho	X			X					X	
Contratos em Espécie				X	X				X	
Tipos Societários				X					X	
Títulos de Crédito				X					X	
Recuperação de Empresa e Falência				X					X	
Direito Processual do Trabalho				X					X	
Estágio I		X	X			X	X	X	X	X
Direito Coletivo e Difuso				X					X	
Prática de Processo do Trabalho			X				X	X	X	X
Trabalho de Conclusão de Curso I	X		X				X	X		X
Direito e Economia				X	X				X	
Inovação e Propriedade Intelectual				X	X				X	
Bioética e Biodireito	X	X		X	X				X	X
Trabalho de conclusão de curso II	X		X				X	X		X
Estágio II	X	X	X		X		X	X	X	X
Direito Previdenciário				X					X	
OPTATIVAS										
Informática para o Direito					X					
Língua Brasileira de Sinais-Libras		X			X					X
Filosofia do Direito	X				X					X
Sistemas Jurídicos			X	X	X					X
Direito Imobiliário				X					X	
Técnicas de Mediação Familiar	X		X	X	X			X	X	X
Psicologia Social					X					
Técnicas de Júri			X	X	X		X	X	X	X

Estado e Globalização	X				X					
Direito Eleitoral		X		X					X	
Oficina de Elaboração de Projeto de TCC					X			X		
Psicologia Institucional					X					
Recursos Humanos e Cálculos Trabalhistas				X	X				X	X
Direito Digital				X					X	
Mediação, Arbitragem e Negociações Internacionais				X					X	X